

Jornais de 17
a 29 AGO.1979

IMPrensa NACIONAL

Os factos de primeira pág., desde o boletim distribuído em 17 AGO., foram essencialmente a greve dos médicos, depois o noticiário dos fogos nas matas e por fim o atentado contra Joaquim Ferreira Torres. O grande debate político, aparentemente exausto depois das discussões sobre o Programa do Governo na A.R., abrandou muito. Apontam-se a seguir as pistas que permanecem :

1. O CARACTER DO GOVERNO - Visto por uns como de acalmia e de diálogo, por outros como de provocação e retrocesso.
2. O CARACTER DAS ELEIÇÕES - A marcação da data das eleições preocupa especialmente os partidos da Aliança Democrática, que interpelam o Presidente sobre o assunto ; hipótese de juntar as intercalares com as municipais.
3. OUTROS TEMAS POLEMICOS - Muitos comentários críticos à figura e actuação do Presidente, sobretudo na imprensa de direita. Mantém-se uma "questão religiosa", agora aproveitando intervenções, em sentidos diferentes, de dois bispos. Debate sobre a Informação estatizada e outros assuntos.

IMPrensa ESTRANGEIRA

No período em análise, a imprensa estrangeira dedicou ao processo político português um mínimo de espaço e atenção, limitando-se a reportar (sob esquema estritamente noticioso) pequenos *sueztos* informativos. Estes são agregáveis em três linhas:

- 1.1.2 O PROGRAMA DO GOVERNO
- 1.1.3 A MORTE DE FERREIRA TORRES
- 1.1.4 AFASTAMENTO DE OFICIAIS DAS FA's
- 1.1.5 OUTRAS NOTÍCIAS



Por se considerar ser útil a sua análise, inclui-se um conjunto de referências a 3 Editoriais veiculados, respectivamente em EL PAIS, LE MATIN e TMOIGNAGE CHRETIEN :

2. OS EDITORIAIS DAS "AMBIGUIDADES"

A propósito destes Editoriais, faz-se uma chamada de atenção para a confluência de determinadas linhas políticas que a imprensa estrangeira analisou e continua a analisar.

1. O CARÁCTER DO GOVERNO

Vale a pena começar pelo título a toda a largura da 1ª pág. do "Diário Popular" de ter.28 : "Pela primeira vez desde o 25 de Abril - - O PAÍS (quase) SEM GREVES" ; nas interiores, o artigo que desenvolve este tema atribui a vitória ao V Governo, que seria "o primeiro dos onze Governos da II República que se pode dar ao luxo de olhar para o País e recolher uma imagem de efectiva 'acalmia social'."

"O Diário" de qua.29 trata com destaque uma entrevista de três horas entre o novo ministro do Trabalho e uma delegação da CGTP-IN, incluindo a legenda da fotografia uma afirmação de um dos sindicalistas presentes, segundo a qual há hoje no Min.Trabalho "uma capacidade de diálogo que não existia há três anos". A audiência é considerada "muito positiva".

Para Sá Carneiro, no "Povo Livre" da mesma data, "o V Governo é o Governo dos aliados do PC e dele próprio, o expoente máximo da linha de conciliação com os comunistas ; e pode ser o governo da vitória do PCP."

Em "A Capital" de ter.21, sob o título "Acalmia e fogos", Gonçalo Ribeiro Teles denuncia o processo de "jugoslavização" de Portugal" e pergunta : "Que acalmia, favorável ao PCP, pretende o V Governo no Alentejo ?"

Um comunicado da Confederação do Comércio Português foi publicado com chamada de 1ª pág. no "Dia" de 22, criticando a "ausência de diálogo do Governo na elaboração do seu programa". No dia seguinte, o mesmo jornal considera que há um "gonçalvista" na pasta do Comércio e Indústria, "a cobrir uma manobra subversiva de reflexos importantes e que visa encobrir iniquidades, perseguições, injustiças, burlas e roubos perpetrados durante o período de intervenção estatal."

2. O CARÁCTER DAS ELEIÇÕES

O "Diário de Lisboa" de sáb.18 dizia que "a direita está a perder o sono", perante a hipótese de as intercalares irem para 1980 e o Governo durar, não 100, mas 200 dias ; tratava-se, então, do pedido de autorizações legislativas. O "Correio da Manhã" do dia seguinte punha em título, nas centrais, uma frase da contestação pronunciada por Helena Roseta na A.R., lembrando que a concessão das autorizações deixava "nas mãos" do V Governo o processo e a própria data das eleições.

Nos dias seguintes, o PSD e o CDS mostram-se preocupados com a marcação dessa data, aventando um dirigente do segundo, ao "C.Manhã" de 25, a própria hipótese de anulação das intercalares. Segundo o mesmo jornal na sua edição de hoje, 29 AGO., a Aliança Democrática vai propor dentro de dias que se faça a realização simultânea das intercalares com as municipais.



3. OUTROS TEMAS POLEMICOS

O PRESIDENTE - O General Ramalho Eanes, cuja figura e actuação política continuam a ser objecto de comentários muito críticos (seguem em fotocópia alguns exemplos), encontra-se já, segundo Cáceres Monteiro no "Jornal" de 24, "em operação de relançamento", sendo nesta matéria "assessorado por Manuela Eanes". Há duas entrevistas recentes da esposa do Presidente, uma ao "Diário de Lisboa" de qua.22, sobre a questão do aborto, e que parece ter mesmo conseguido tranquilizar o integrista do comentador religioso de "O Dia", Adelino Alves, na sua edição de 24., que no entanto, no dia 21, e sobre o mesmo problema, voltava a atacar Maria de Lurdes Pintasilgo ; a outra entrevista saíra no "D. Popular" de 21, tendo este jornal salientado o que se refere, nas suas declarações, à personalidade do General Ramalho Eanes.

A "QUESTÃO RELIGIOSA" - Continua muito viva, e animada agora pelo aparecimento de tomadas de posição em sentidos diferentes, e como tal imediatamente aproveitadas pelos jornais, por dois membros do Episcopado ; veja-se a Imprensa de esquerda sobre o apelo do bispo de Setúbal aos médicos, em 25 AGO., e na seg.27 o tratamento dado, de um e outro lado, à homilia do bispo de Braga contra o abstencionismo e o marxismo.

INFORMAÇÃO - "O Diário" de hoje, qua.29, trata com grande destaque a exigência, pelos sindicatos dos Jornalistas, Telecomunicações, Gráficos e Trabalhadores na Imprensa, de reposição de "legalidade" e de "dignidade" na Informação estatizada.

S.A.C.R., 29 AGO.79



1. GENERALIDADES

No decurso do período em análise, a imprensa internacional dispensou ao quadro político português pouco mais do que pequenas locais estritamente noticiosas, que seguem, muito de perto, as linhas informativas veiculadas pelas Agências. De facto, ao grande fluxo jornalístico assinalado na anterior recensão sucede uma pausa que parece dever-se mais à expectativa do que ao desinteresse. Na verdade, tanto o Gen. Ramalho Eanes como o perfil do Primeiro Ministro, têm vindo a ser progressivamente definidos, por certos comentaristas, como "*paradoxais*" e, por outros, caracterizados em termos de "*grandes ambiguidades*". Como é óbvio, tais diagnósticos dificilmente permitem conjecturas plausíveis, ou antecipações dotadas de um mínimo de credibilidade. Por outras palavras: os analistas que, com regularidade, costumam comentar *projectivamente* a situação política portuguesa, não parecem neste momento dispostos a assumir riscos, uma vez que lhes não é fácil antever com clareza a que espécie de contexto conduzirá a articulação do V Governo. Por outro lado, as próprias linhas de orientação da política externa (em regra, imputadas ao Presidente da República) constituem outros tantos factores de dúvida e interrogações. Assim, a presente fase parece determinar, na imprensa internacional, como que uma aparente *atitude inibitória*. Esta torna-se, aliás, previsível e decorrente a partir da análise de conteúdo dos três últimos editoriais dedicados por jornalistas franceses e espanhóis à situação portuguesa e cuja tradução se inclui neste Boletim. Embora já um pouco em *déficit* de actualidade, não deixam aqueles editoriais de ser particularmente significativos da interpretação da imprensa Centro-Esquerda, oriunda de quadrantes bastante diversificados.



- * LE MONDE, de 21
- * FINANCIAL TIMES, de 21
- * LIBÉRATION, de 20
- * EL PAIS, de 19
- * LE FIGARO, de 20
- * L'AURORE, de 20

AGOSTO 79

1.1.3 A MORTE DE FERREIRA TORRES

Tal como no caso anterior, as notícias incidindo sobre a morte do industrial Ferreira Torres relatam apenas o *facto* em si, não se aventurando os comentaristas nem em interpretações, nem em conjecturas. Não obstante, os jornais mais conservadores deixam, por vezes, pairar a dúvida quanto a ter sido tal homicídio um "*caso isolado*", ou a ter correspondido ao início de uma série de atentados, concebidos no plano de "*uma campanha extremista de destabilização*" (in, FINANCIAL TIMES de 22 de Agosto). Os restantes títulos, nomeadamente, CORRIERE DELLA SERA, INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE, LE MATIN e EL PAÍS, de 22/8, LE MONDE, de 23/8, etc., limitam-se a noticiar aquele evento, apontando Ferreira Torres como um dos elementos mais responsáveis da "*Extrema-Direita portuguesa*", possivelmente aquele que, em função da sua fortuna pessoal, teria sido um dos financiadores de várias acções e atentados terroristas, perpetrados ao longo de 75. Em nenhum dos títulos estrangeiros a morte de Ferreira Torres surge associada, ou imputada, ao chamado *terrorismo esquerdista*, tal como o fez sistematicamente a imprensa portuguesa (Direita/Ext.-Direita).



Esta constatação resulta curiosa, se se atender a que (também) a referida imprensa internacional, não costuma perder a ocasião de fazer outro tanto, responsabilizando sistematicamente os grupos que designa como "*marxistas*", de todo e qualquer incidente ocorrido no quotidiano político português.

1.1.4 AFASTAMENTO DE OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Torna-se igualmente insólita a reduzida repercussão que produziu, na imprensa internacional, o afastamento dos conhecidos oficiais das FA's, Costa Martins e Pereira Pinto. Concretamente (e até hoje), tal facto apenas foi referenciado pelo diário francês LE FIGARO, de 25/8, numa pequena local de 16 linhas e pelo diário espanhol EL PAIS da mesma data, numa coluna, que pormenoriza apenas os aspectos curriculares dos dois citados oficiais. Situa-se, aliás, no título desta última notícia a sua única e possível conotação política e crítica: "*Dois oficiais do 25 de Abril expulsos das Forças Armadas Portuguesas*".

1.1.5 OUTRAS NOTÍCIAS

O diário espanhol EL PAIS raras vezes perde a oportunidade de tecer considerações de teor político, a propósito da situação interna portuguesa. Muitas vezes as faz com carácter analógico, relativamente à própria dinâmica espanhola. Outras, porém, fá-las por oposição, ou contraditação, de certas opiniões expendidas. Parece poder inscrever-se neste último caso, a inserção de uma pequena notícia (21/8/79) acerca



do que considera ser "*o crescente aumento da distância que medeia entre o Gen. Eanes e a Direita portuguesa*". Na realidade, EL PAIS parece subscrever este critério, dado que julgamos não ter dado, até hoje, cobertura aos ataques que os Partidos da Aliança Democrática têm vindo a desencadear, contra o PR. De facto, segundo os seus comentaristas, a figura do Presidente vem sempre associada ao seu compromisso de lealdade para com a Constituição. Esta afirmação, por outro lado, conduz quer à vizível (e permanente) adesão que o jornal manifesta, relativamente às "*conquistas de Abril*" quer à sistemática hostilidade com que são por si tratadas certas figuras políticas portuguesas, em especial o Dr Sá Carneiro. Sublinha-se estas posições de EL PAIS, não só por este diário ter veiculado, no período em análise, a única notícia marcadamente política, face ao conjunto referido, como ainda por se tratar de um título que não escamoteia nunca a sua inspiração social-democrática (confrontando-se deste modo, necessariamente, com os princípios e posições assumidas pela formação portuguesa que teoricamente deveria defender). É ainda o diário EL PAIS que aqui se continua a comentar, que insere, na última semana, uma extensa análise sobre os efeitos alienantes dos *mass media* ao nível da sociedade portuguesa, a propósito da constante veiculação de telenovelas brasileiras. Denunciando a perniciosa orientação da TV portuguesa, implicitamente denuncia também a do seu próprio país.

2. OS EDITORIAIS DAS "AMBIGUIDADES"

Inseridos todos na primeira semana do corrente mês, estes 3 Editoriais possuem, como denominador comum, o sublinhar de "am



biguidades" e de *"situações paradoxais"*, as quais caracterizariam, segundo afirmam, a actual fase política portuguesa. Embora cada um dos editorialistas focalize enfaticamente um determinado pormenor dessa mesma fase, pode dizer-se, *grosso modo*, que todos eles fazem decorrer da própria personalidade política do Presidente da República (e, parcialmente, da do Primeiro Ministro) o conjunto de factores que, segundo as suas ópticas, motivará tais *paradoxos*. Como não poderia deixar de ser, tais particularizações enfermam de maiores ou menores coeficientes de subjectivismo. É o caso de Claude PERDRIEL, responsável pelo texto do diário LE MATIN, para quem a maior *"ambiguidade do imbróglho português"* se situa ao nível da *"cobertura"* e *"protecção"* concedidas pelo PR, *sucessivamente a dois Governos de Direita e a um novo Gabinete de Esquerda*. Nesta linha, embora com diferente abordagem, se encontram as afirmações da revista TÊMOIGNAGE CHRÉTIEN. Na verdade, Alain ECHEGUT sublinha as *ambiguidades* do PR, ao isolar seriadamente os factos seguintes: foi o mesmo Gen. Eanes, *"cérebro do golpe militar de 25 Nov. contra a Extrema-Esquerda, (...) designado candidato (...) presidencial por uma das fracções de Esquerda do MFA -o Grupo dos Nove"-* quem *"traíu o Grupo dos Nove"*; quem autorizou a *"passagem à reserva antecipada e expulsão de certos militares que tinham participado activamente na Revolução"*; quem promoveu *"nos Estados Maiores os veteranos do antigo regime"*. No entanto, ECHEGUT afirmará também que este mesmo General *"nunca se opôs ferozmente a um Governo de Esquerda"*, considerando este conjunto de *ambiguidades* à luz do seu obstinado esforço para *"livrar Portugal de uma situação perigosa"*. EL PAIS, por seu turno, foca com mais detalhe a (também) *paradoxal* personalidade da Eng^a M.L. Pintasilgo, a qual, a pesar do seu



incontroverso "*catolicismo social*", surpreendentemente "*desgosta o Centro-Direita*" e "*tranquiliza a Esquerda*". Numa óptica convergente com esta, Claude PERDRIEL, assinala, em LE MATIN, que o "*novo Governo é dominado sobre tudo por católicos progressistas e militares, sem dúvida partidários da Democracia, mas muito hostis ao Partido Comunista*". Um pouco à frente sublinha com insistência o facto do Governo ser "*largamente representativo (...) da Igreja e do Exército*", para referir expressamente que, em vez de serem os centristas e os sociais-democratas a apoia-lo (como seria coerente), os seus apoios advêm-lhe precisamente de socialistas e comunistas (o que se torna, pelo menos, "*contraditório*").

No entanto, pensa-se que o aspecto mais importante de todos estes editoriais, encontra-se no texto escrito por Juan-Luis CEBRIÁN, no diário EL PAIS, o qual orienta toda a sua cuidada análise no sentido de pôr em relevo as características de similaridade existentes nos casos português e italiano e, de certo modo, também no caso espanhol. De facto, afirma que, tanto o Governo da Eng^a Pintasilgo como o de Cossiga "*oferecem saídas e não soluções*". Aflora também o facto de Portugal e Itália serem neste momento "*chefiados por católicos militantes*", enquanto que Adolfo Suarez (que "*representa uma Esquerda dentro da Direita*"), encontra "*apoio considerável dentro da Igreja*". O caso espanhol, é aliás designado por CEBRIÁN como um "*eco longínquo*" dos casos português e italiano. Segundo a sua própria expressão, estes dois últimos países possuem agora "*Governos de Trêguas*" - conceito que traz, sem dúvida, implícito um outro tema polémico: o da *ingovernabilidade do flanco Sul da NATO*. Ora a acuidade deste, tem vindo a ser re-avivada pela imprensa internacio-



nal, à medida que vai crescendo, na América Latina, o clima de instabilidade socio-política, culminado na Nicarágua com o derrube da ditadura Somozista. Convém, de facto, relembrar as inter-ligações políticas que existem subjacentes às diversas linhas estratégicas, condicionadas pelos grandes centros decisórios internacionais, nas quais se encontram certamente contabilizados os actuais "Governos de Tréguas" já existentes na Europa do Sul e previsivelmente desejados para outras tantas *potenciais democracias* (casos do Irão, Brasil, Nicarágua, etc). A título meramente exemplificativo (e posto que tal problema regressou de novo às primeiras páginas da imprensa internacional) será talvez útil ter presente alguns parágrafos do interessante estudo de R. MANNING, inserido no MONDE DIPLOMATIQUE em Março de 77, complementado posteriormente por um extenso estudo analítico dos objectivos estratégicos visados pela *Comissão Trilateral*:

"Após o golpe de estado do 25 de Abril em Portugal, os meios militares e estratégicos ocidentais interrogavam-se quanto ao futuro do Atlântico Sul. A inquietação vigente agravou-se ainda mais com a vitória do MFLA em Angola. Uma sucessão de eventos veio pôr em evidência um novo projecto de aliança militar entre os países situados nos dois lados do Atlântico Sul em ordem à manutenção da hegemonia sobre esta parte do mundo: a organização do Tratado do Atlântico Sul (O TAS), provavelmente independente, mas contudo alinhado pelo Tratado do Atlântico Norte"

A "ingovernabilidade do Sul da Europa", agora certamente mitigada pela presença dos "Governos de Tréguas" a que alude o comentarista CEBRIÁN, aliada à tentativa de providenciar, na



Nicarágua, o advento de um Governo democrático (talvez vocacionalmente de "Trêgua" também) em cuja gênese Portugal intervém agora, pela interposta figura do Dr. Mário Soares, tal como a imprensa internacional o refere*, documentam até que ponto se encontram interligadas as diversas estruturas governativas e os mecanismos subtis que as condicionam.

Fundação Cuidar o Futuro

.....

.....

* Cf. próxima Análise de Imprensa Estrangeira ("Que via política para a Nicarágua?") que se encontra em fase de finalização.



ANEXO: TRADUÇÕES E REPRODUÇÕES
Fundação Cuidar o Futuro
DE ALGUNS ARTIGOS.



PORTUGAL E ITÁLIA: "GOVERNOS DE TRÉGUAS" NO SUL DA
EUROPA

Tanto em Portugal como em Itália acabou por se tornar possível a criação de Governos Provisórios: "*Governos de Tréguas*", segundo a expressão italiana. Maria de Lourdes Pintassilgo, com o seu catolicismo social, tranquiliza a esquerda, desgosta o centro-direita. Este teme que a mesma não seja tão "*neutral*" quanto o seu próprio desejo, receando ainda que a duração do seu Governo venha a ser superior aos cem dias acordados para a prevista celebração de eleições. Por outras palavras, o centro-direita teme que a situação actual represente mais tarde uma opção eleitoral gerada a partir de uma aliança com os socialistas de Mário Soares (...**Fundação Cuidar o Futuro**)

Já o democrata-cristão Cossiga, em Itália, tem mais probabilidades, se bem que necessite também de apoio. (...) dos socialistas e, talvez, dos comunistas, com os quais mantem boas amizades (é primo em 1º grau de Berlinguer). Travou, aliás, com ambos diálogos dramáticos, ainda que convergentes, num momento especialmente difícil da sua carreira: enquanto Ministro do Interior houve o sequestro e assassinato de Moro, seu chefe e amigo íntimo; foi para ele que foram dirigidas as cartas do detido, suplicando que acedesse às solicitações dos seus sequestradores, e foi ele, especialmente, que se negou a qualquer negociação. Com um Governo formado por membros do seu próprio partido, por liberais e sociais-democratas, Cossiga pre-



tende preencher a "trégua"; o tempo necessário para que se realize o congresso da D.C. - está previsto para Dezembro - e para que, nele, se definam as linhas principais da sua política, o que lhe permitirá - se o conseguir - oferecer uma opção coerente de Governo.

Certas semelhanças aparecem, assim, nas formas políticas de Portugal e de Itália. Em primeiro lugar, os Governos formados oferecem saídas, e não soluções; em segundo lugar, têm à sua frente um período limitado de tempo, em que procuram pôr em ordem os assuntos correntes do país, para dar lugar a possíveis soluções mais estáveis, que não se vislumbram com facilidade, em ambos os casos. Os dois Governos são chefiados por católicos militantes, os quais sempre procuraram reunir política e religião; os dois têm uma inclinação para a esquerda - dentro dos seus sectores - e os dois têm a sua primordial oportunidade no apoio (ou na não-oposição) da esquerda. Até em Espanha se poderia procurar um eco longínquo de tudo isto.

O Presidente Suarez aliás vive do crédito do "consenso"; representa uma esquerda dentro da direita e procura, encontrando-o, um apoio considerável ao nível da Igreja.

Mas, fora disto, as diferenças entre países são incalculáveis: os índices económicos, os problemas sociais, os problemas intrínsecos de cada país, configuram para cada um deles um contexto especial. Mas, numa perspectiva a longa distância, apercebe-se um



fenômeno conjunto que atinge o Sul da Europa. Um Sul mais pobre do que o Centro e do que o Norte; menos bafejado pela riqueza industrial; com anos de fascismo no seu passado; com uma forte penetração religiosa e com cidadãos pouco esclarecidos politicamente; o Sul que está sofrendo em simultâneo a crise econômica do mundo ocidental mais duramente que os outros; o Sul que tem as saídas de esquerda bloqueadas; que assiste ao renascimento de uma extrema-direita (em Portugal acaba de ser legalizado o partido fascista de Kaulza de Arriaga) e a um forte movimento conservador das classes médias. Estas defendem-se do aniquilamento enquanto aumenta o desemprego e a pressão das classes não-privilegiadas. Sem dúvida que tudo isto merece uma reflexão da parte dos espanhóis. Não será inútil.

Fundação Cuidar o Futuro



O IMBRÓGLIO PORTUGUÊS

Editorial

O Gen. Eanes, Presidente da República Portuguesa, empossou ontem nas suas funções o Governo dirigido por Maria de Lourdes Pintassilgo. A sua aceitação pela Assembleia da República não parece oferecer dúvidas, ainda que tal suponha invios custos. No entanto, a Assembleia será dissolvida logo após ter acordado a sua confiança ao novo Primeiro Ministro, e as eleições terão lugar no prazo de noventa dias.

Sendo a tarefa essencial, senão única, de Maria de Lourdes Pintassilgo, a preparação do próximo escrutínio legislativo, quer a sua apresentação na chefia do Governo, quer a composição da sua equipa, são bem demonstrativas do imbróglío português.

Presentemente, a situação de Portugal é uma ideia exacta da situação, enquanto o regime de Lisboa parecer comprazer-se em paradoxos e ambiguidades.

Enquanto que, desde o último Outono se sucederam dois governos de direita submetidos, tanto um como outro, ao controle do Presidente Eanes, desta vez, curiosamente, é um gabinete de esquerda que dispõe da mesma "protecção" presidencial. Por outro lado, Maria de Lourdes Pintassilgo deveria ter o apoio dos socialistas e dos comunistas, o que seria uma original estreia. Ora, o novo governo é dominado, sobretudo, por católicos progressistas e por militares, sem dúvida partidários da democracia, mas muito hostis ao Partido Comunista. De facto, o Governo é largamente representativo de duas instituições de peso em Portugal: a IGREJA e o EXÉRCITO. É igualmente relevante que tenham sido os centristas e os sociais-democratas (isto é, a mesma direita que recusou aceitar Maria de Lourdes Pintassilgo) precisamente os grupos que desejam que as eleições tenham lugar o mais depressa possível. Tal ati-



tude resulta bastante contraditória, visto que, tanto as datas do escrutínio como a data da investidura se encontram interligadas.

Por outro lado, no plano da política externa, a posição do Gen. Eanes também não é muito coerente. Aparentemente o dirigente português escolheu o não-alinhamento, como tendem a demonstrá-lo as suas diversas iniciativas diplomáticas. Afirmando a sua fidelidade à NATO, recebeu o Primeiro Ministro cubano, visitou os países de Leste e procura visivelmente reforçar as suas boas relações com Angola. Não parece pois provável que Lisboa possa, por muito mais tempo, conciliar estas orientações "tous azimuts", dado que a NATO se apresenta, neste caso, como um obstáculo. No momento em que os Estados Unidos, face ao aumento das tensões internacionais, procuram definir as bases de um novo consenso em matéria de compromisso externo, é provável que Portugal deva definir-se de forma precisa em relação à ALIANÇA. Assim, qualquer "namoro", especialmente com Cuba e com Angola, não pode deixar de ser, evidentemente, uma fonte de confusão.

Serão as futuras eleições, em tal contexto, um factor decisivo? É bem pouco provável, visto que tres outras eleições deverão seguir-se. Entre elas conta-se a de Presidente da Republica.

Fundação Cuidar o Futuro



OS ENIGMAS DO GENERAL EANES

O Governo que Maria de Lourdes Pintassilgo acaba de formar, para durar quatro meses, demonstra que o Chefe de Estado Português não se opõe a um regresso da esquerda.

O Gen. Eanes ainda não deixou de desorientar os observadores da política portuguesa. Este antigo especialista da guerra psicológica em África (espírito maquiavélico para uns, homem versátil para outros) bate-se obstinadamente para livrar Portugal dos meandros de uma situação perigosa.

Para sua defesa é preciso sublinhar a sua eleição, em Junho de 1976, para a Presidência da República, já trazia a chancela da confusão política. O Gen. Eanes, cérebro do golpe militar de 25 de Novembro de 1975 contra a extrema-esquerda, foi designado candidato ao cargo presidencial por uma das fracções de esquerda do MFA, o grupo dos Nove, dinamizado por Melo Antunes. No plano político, esta candidatura foi apoiada por uma coligação heteroclita reunindo: os socialistas de Mário Soares, os sociais-democratas de Sá Carneiro e os democratas-cristãos de Freitas do Amaral. Tal compromisso deveria ter uma consequência capital: se, por um lado, evitava a curto prazo um confronto sangrento no seio das forças armadas divididas, por outro lado, no plano político, recolocava no Poder as forças de



direita, apenas ligeiramente abaladas pela "revolução dos cravos".

No plano militar, é necessário dizer claramente que o Gen. Eanes traiu os seus amigos do grupo dos Nove, que, no entanto, são maioritários no Conselho da Revolução e dispõem de apoios reais nos quartéis. O mesmo é dizer que uma outra política militar poderia ser encarada - apesar das pressões da NATO - em vez da dos processos fictícios, passagens à reserva antecipadas e expulsão de certos militares que tinham participado activamente na Revolução. E não satisfeito em promover nos Estados-Maiores, os veteranos do antigo regime, o Gen. Eanes ainda se opôs à publicação de uma lei de amnistia relacionada com os acontecimentos de 11 de Março e 25 de Novembro de 1975. Por fim o Parlamento, graças a uma maioria de esquerda milagrosamente "re-encontrada" conseguiu opor-se ao veto do Chefe de Estado, em 2 de Julho último.

No plano político, o Gen. Eanes também não conseguiu escapar à atracção dos partidos. Todas as combinações montadas para conseguir um governo de "técnicos", apoiado na Assembleia da República, pela sua maioria presidencial, fracassaram. O Chefe de Estado deparou com dois grandes obstáculos.

NOVA ESQUERDA SOCIALISTA?

Desde o triunfo da "revolução dos cravos" que Portugal possui uma Constituição Socialista, a qual determina opções sócio-económicas que são, evidentemente, o opo



to dos discursos dos dirigentes do PSD ou do CDS. O que significa que o Gen. Eanes só podia contar com uma das três componentes da sua maioria, o Partido Socialista (apoiado pelo Partido Comunista, no Parlamento) para se opôr à revisão antecipada da Constituição, o que seria considerado um golpe de Estado aos olhos dos democratas.

A fraqueza ideológica do Partido Socialista, heterógeno, artificialmente empolado pelos resultados de duas eleições legislativas, aniquilou todas as esperanças e facilitou a escalada contra a Constituição. Mesmo que o diálogo com um Partido Comunista dogmático não seja fácil, Mário Soares e os seus amigos não conseguirão convencer os homens de esquerda de que a defesa das liberdades se negocia à força de compromisso e de pactos com a direita!

Fundação Cuidar o Futuro

A nomeação, a 19 de Julho, de Maria de Lourdes Pintas silgo para o cargo de Primeiro Ministro de um governo de "gestão", que acaba de ser formado (...) demonstra, no entanto, que o Gen. Eanes nunca se opôs ferozmente a um governo de esquerda. Mas, na ausência de uma maioria parlamentar e face aos adiamentos de um PS novamente em busca de hipotéticos acordos com a direita, o Chefe do Estado, tomou a resolução de dissolver a Assembleia da República.

Em Novembro próximo terão lugar, portanto, as eleições legislativas antecipadas, que podem ser o toque de finados para as ambições de Mário Soares, e, quem sabe,



favorecer o aparecimento de uma nova esquerda socialista, da qual Maria de Lourdes Pintassilgo seria a legítima representante.

Alain Echegut

Fundação Cuidar o Futuro



Um "gonçalvista" na pasta do Comércio e Indústria eterniza intervenções

23 AGOSTO 1979 O DIA

A Saprel e a CORAMÉ, empresas desintervencionadas, são alvo de uma perseguição inexplicável e continuada por parte do ministro do actual Comércio e Turismo, Pereira Magro.

Exorbitando da pasta respectiva pretende alterar a resolução n.º 220/79 que determinou a cessação da intervenção do Estado nas referidas empresas e a sua restituição aos legítimos ti-

tulares.

A intromissão de Pereira Magro neste processo contraria ainda o que ontem foi peremptoriamente declarado a trabalhadores da CORAMÉ e aos proprietários pelo Ministério da Indústria no decorrer de uma reunião.

O controverso ministro Pereira Magro, cujo funcionamento político não deixa de surpreender os observadores — dos Assuntos Sociais desde o III Governo saltou para o Comércio e agora procura penetrar na Indústria — está neste momento a cobrir uma manobra subversiva de reflexos importantes e que visa encobrir iniquidades, perseguições, injustiças, burlas e roubos perpetrados durante o período de intervenção estatal.

Sensível às pressões comunistas, Pereira Magro esteve igualmente na base da prorrogação da intervenção estatal na Sociedade dos Vinhos Borges e Irmão, contrariando anterior medida do Gabinete Mota Pinto a que também pertenceu na qualidade de ministro dos Assuntos Sociais, tornando-se então o principal obreiro do projecto do Estatuto do Médico que não viria a ser promulgado.

Confederação do Comércio Português:

Programa de Governo açula consumidores contra comerciantes

• O Executivo recusou-se a fornecer uma cópia à CCP

O Governo de Lurdes Pintassilgo recusou-se a fornecer uma cópia do seu Programa, tal como o fizeram os anteriores gabinetes, à Confederação do Comércio Português, contrariamente à sua intenção "exuberantemente afirmada" de ouvir todos os interessados na marcha do País, denuncia em comunicado aquela Confederação.

"A verdade é que, prossegue a Confederação, ao longo do seu programa a única referência que se faz a estruturas representativas de

interesses é dirigida às associações de consumidores, açuladas como cães contra os comerciantes, incitando-os à fiscalização e à denúncia".

Referindo-se ao programa de Governo, nos aspectos que se prendem com o comércio, a Confederação salienta que ele "ferida e exclama: "ambiguidade e impreparação". E salienta:

"Procurando-se inculcar a ideia de que o Comércio não passa de um escalão intermediário espectacular, que não sendo devidamente controlado provocará agra-

vamentos injustificáveis nos preços, retira-se-lhe o seu papel preponderante na estrutura económica nacional, omite-se a sua função primordial na prestação de serviços e esquecem-se as acções estabilizadoras existentes numa verdadeira economia de mercado. Apesar da pobreza global do Programa, ressalta a convicção de que voltarão a suportar-se as intoleráveis investidas paralisantes e gravosas de um outro V Governo, que não de pór seriamente em risco a sobrevivência de muitas empresas".

O DIA 22 AGOSTO 1979

CGTP-IN: TRÊS HORAS DE DIÁLOGO COM MINISTRO DO TRABALHO

A CGTP-IN classificou de «muito positiva» a entrevista de três horas que ontem manteve com o novo ministro do Trabalho, Sá Borges, nas

instalações da Praça de Londres. Aquela entrevista estiveram presentes, também, os secretários de Estado do Trabalho e da População e Emprego.

Armando Teixeira da Silva, porta-voz da CGTP, salientou a «capacidade de diálogo que não existia de há três anos a esta parte» e recordou o clima de tensão que existia até o Governo MP/PPD/CDS. Aquele dirigente sindical destacou ainda que a delegação ministerial conhecia os assuntos em discussão.

A entrevista destinou-se a manifestar ao V Governo os pontos de vista da CGTP-IN acerca do «pacote laboral» legado pelo Governo MP, bem como as questões relativas à contratação colectiva, despedimentos, contratos a prazo, salário mínimo e subsídio de desemprego. Além disso, também foi examinado o estatuto do INATEL.

29 de Agosto de 1979

o diário



«Aliança Democrática» quer intercalares com municipais

A Aliança Democrática deverá propor dentro de dias a realização simultânea de eleições intercalares e eleições para as autarquias locais. Esta probabilidade «nasceu» da troca de impressões informais realizada na noite de segunda-feira entre alguns dirigentes do PSD e do CDS, a partir do memorando sobre o problema da legislação respeitante às eleições locais entregue pelo Ministério da Administração Interna aos partidos com representação parlamentar.

A decisão, a concretizar-se, só tomará forma depois das audiências solicitadas quer pelo PS quer pelo PSD ao ministro da Administração Interna para obtenção de algumas explicações adicionais relativas ao referido memorando. O CDS, neste capítulo, adoptou uma posição mais intransigente, uma vez que entende que é ao Governo que cabe a iniciativa de esclarecer a posição que agora tomou.

Assim, os partidos da Aliança Democrática reunirão na sequência daquelas audiências para tomar uma decisão definitiva na posse de todos os dados. É certo, no entanto, que uma primeira abordagem formal da questão será já hoje concretizada na reunião do Conselho Coordenador da Aliança Democrática.

O Partido Socialista ainda não tomou uma posição sobre a questão do memorando do MAI. Um porta-voz socialista afirmou ao «Correio da Manhã» que o seu partido «tem uma posição perfeitamente pacífica sobre o assunto». Hoje ainda, ou amanhã, os órgãos competentes do PS deverão adoptar a posição oficial sobre o assunto.

Os socialistas afirmam ver o assunto «com um certo fair play», o que denota consciência com a disposição até aqui demonstrada de não apressar a realização de eleições e deixar o Governo actuar,

não apressando a dissolução da Assembleia da República.

MEMORANDO É A CAUSA

A realização simultânea das eleições intercalares e das eleições locais constitui uma alteração sensível da opinião defendida por dirigentes do PSD e CDS no final da semana passada. Este volte-face deve-se às implicações do memorando que o MAI distribuiu aos partidos parlamentares. Nos termos deste texto, os partidos são postos perante uma alternativa.

Se os partidos — a Assembleia da República — não se mostrarem contrários à legislação que regula as eleições locais, o acto eleitoral terá de se realizar em Dezembro. No entanto, o ministro da Administração Interna adianta que a citada legislação «contém normas que se encontram desactualizadas ou, em alguns casos, feridas de inconstitucionalidade».

Caso contrário, os partidos terão de proceder à alteração da referida legislação. Esta competência é da responsabilidade exclusiva da Assembleia da República, o que determina a realização de nova sessão extraordinária do Parlamento, depois de terminada a votação das propostas governamentais agora a decorrer.

Um porta-voz da Aliança Democrática afirmou ao «Correio da Manhã» que o memorando do Ministério da Administração Interna iria «permitir que a Assembleia da República continuasse indefinidamente em funções». Esta conclusão fazia ainda pressupor que o Governo estaria a contribuir «para o desprestígio do Presidente da República, que prometeu dissolver o Parlamento».

Para a Aliança Democrática, segundo a citada fonte, esta iniciativa do Governo representa «o re-

coio que o PCP e o PS têm das eleições para as autarquias».

«A dissolução do Parlamento em Setembro e a conservação da legislação em vigor para as autarquias fariam coincidir os dois actos eleitorais», acrescentou. De acordo com o porta-voz da Aliança Democrática, «consideramos que a coincidência é mais adequada, uma vez que, caso contrário, dilatar-se-ia indefinidamente o prazo para a dissolução do Parlamento».

Entretanto, um porta-voz do MAI afirmou ao «Correio da Manhã» que o memorando daquele Ministério «não se trata duma proposta; está-se apenas a chamar a atenção da Assembleia da República para o assunto».



QUEM QUER OU NÃO ELEIÇÕES RÁPIDAMENTE?

Apressadamente a Assembleia da República votou ontem o pedido de urgência para o debate e votação de um grupo de dezassete propostas de lei apresentadas pelo Governo sobre matérias da competência do Parlamento, que considera fundamentais para o exercício da gestão administrativa, e sobre as quais não quis legislar abusivamente. E dizemos apressadamente porque, apesar de se

tratar de uma questão meramente processual — dar urgência à demissão para não a arrastar — seria natural, quanto mais não fosse por mera questão de esclarecimento da opinião pública, que os partidos tentassem obter do Governo justificações da importância do pacote de autorizações pedidas, para se avaliar da necessidade pragmática e política deste contestado prolongamento de trabalhos da Assembleia da República. Ao fim e ao cabo, tudo e todos pareceram conformados com o conhecimento prévio de que uns — P.S., P.C.P. e A.S.D.I. — estavam dispostos a facilitar a tarefa do Governo e a garantir os preceitos constitucionais em matéria de iniciativa legislativa, e outros não: P.S.D., C.D.S., U.D.P. e os independentes fundadores de um recém-partido, Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira.

Ao fim e ao cabo trata-se de autorizar questões tão importantes como o agravamento da dívida externa e interna, cujos juros o contribuinte irá pagar em anos futuros, trata-se de autorizar o Orçamento do Estado, etc., as quais, por si, mereciam um esclarecimento pré-

vio, mesmo tratando-se de votar uma questão meramente processual. É de esperar que o fundamento de todas as iniciativas do Governo venha a ser público e devidamente esclarecido nas sessões de quinta, sexta e sábado.

Acerte como boa, pela maioria, a iniciativa do Governo, o pedido de urgência foi concedido.

Mas afinal aquilo que tão declaradamente se apregoou ser uma mera questão formal escondia uma questão política de fundo. Porque, ao fim e ao cabo, os partidos da Aliança — P. S. D. e C. D. S. — não votaram contra as propostas do Governo, aliás até se absteram, são-lhes indiferentes as razões da necessidade de tais propostas, a sua bondade ou maldade, votaram assim porque estão contra decisões do Presidente da República, porque este Governo não lhes merece confiança, e porque queriam que a dissolução da Assembleia da República já estivesse consumada e convocadas as eleições.

E são precisamente os partidos que estiveram contra a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas que apontam esta contradição aos partidos da Aliança: se a urgência da discussão não fosse votada, os trabalhos desta sessão extraordinária da As-

sembleia seriam mais prolongados, mais tempo demoraria a dissolução do Parlamento e, consequentemente, a realização das eleições. E perguntam: afinal o P. S. D. e o C. D. S. querem ou não rapidamente a realização de eleições? São afinal estas contradições que a mera discussão de um problema formal veio levantar.

Aliás, o ministro das Finanças Sousa Franco, haveria de justificar a urgência apenas em relação com as actuais condições de funcionamento do Parlamento e com a necessidade da sua rápida dissolução, argumentando mesmo que neste final de Agosto o conteúdo de todas as propostas não se reveste em si de urgência, já que — afirmou — a situação financeira do País é normal e não há qualquer aperto grave a que recorrer. O que traz implícito que o Governo prevê, nos meses próximos, uma degradação da situação da tesouraria pública, se não forem tomadas as medidas que propõe, situação que, a verificar-se casos imprevistos, levanta a questão das dificuldades criadas a um normal funcionamento democrático pelo vazio de um parlamento dissolvido.

Ao fim e ao cabo, não se pode dizer que ao votar a ur-

Fundação Cuidar do Futuro

dp — 29-8-79

(Continuação da 5.ª pág.)

gência, a maioria da Assembleia tenha querido prolongar a sua vida, decretada que foi e sua sentença de morte.

AS POSIÇÕES DOS PARTIDOS

Fatarei agora sucintamente as posições dos partidos, para os mais interessados em questões de xadrez político.

Das posições dos partidos da Aliança já falei. O P. S. D., para ser contrário às autorizações a este Governo, argumentou com a sua posição crítica em relação à convocação da Assembleia da República (por esta democraticamente decidida, diga-se), com as suas dúvidas quanto à legi-

timidade do Governo em relação ao qual manifesta a sua desconfiança.

Menos crítico em relação ao Governo, o C. D. S., que até afirmou não ser seu objectivo obstaculizar a sua acção, centrou o seu ataque sobre o Presidente da República, e quem responsabiliza por ainda não estar dissolvido o Parlamento, e menos sobre o Governo. Para o C. D. S., a convocação da Assembleia não é uma situação de facto, e repele o argumento ou a acusação de contradição já referida, afirmando não ser verdade que a concessão de urgência tenha significado na data da dissolução da Assembleia da República, por considerar que o poder de dissolu-

ção não lhe compete, mas ao Presidente da República.

O P. S. afirmou votar a favor da urgência, por ser sua praxe, acrescentando que tal votação nada tem a ver com as questões de fundo e que a problemática de formação deste Governo, com a qual não esteve de acordo, já está ultrapassada.

O P. C. P. afirmou o propósito de habilitar o Governo dos instrumentos legislativos que entende necessários no período de dissolução do Parlamento, afirmou também que com a votação da urgência contribuía para uma aceleração das eleições intercalares mas, para desfazer equívocos, foi acrescentando que este voto nada tinha a ver com a posição de fundo sobre as ma-

térias incluídas nas propostas do Governo, em relação às quais afirmou não ir deixar de ser coerente, embora sem propósitos obstructionistas, deixando entender que não estará de acordo com um novo agravamento da dívida externa.

A U. D. P., igualmente con-

tra as autorizações, considerava-as um prolongamento do essencial da política anterior e não visarem a satisfação de reivindicações populares fundamentais, enquanto acusa o P. C. P. e P. S. de conciliação com este Governo,

ADELINO CARDOSO



Eleições locais podem condicionar dissolução da A.R.

A Assembleia da República tem «sete foies». A sua dissolução poderá ser uma vez mais adiada se entretanto os deputados e respectivas organizações partidárias considerarem que se torna necessário actualizar ou modificar a legislação relativa à realização das eleições para as autarquias locais. Um memorando do MAI enviado à Assembleia da República coloca formalmente uma questão levantada por Costa Brás durante o debate do programa do Governo. «A apreciação da problemática inerente às eleições para as autarquias». Nos termos do memorando do Ministério da Administração Interna, os partidos terão de encarar a realização das eleições do poder local em Dezembro se não desejarem modificar a legislação vigente que, nos termos do art.º 167 alínea f, é da exclusiva responsabilidade da

Assembleia da República. E a 12 de Dezembro que caduca o mandato dos órgãos autárquicos. Como Costa Brás afirmou, existe legislação por fazer. Se os partidos considerarem que não há motivo para considerar a inconstitucionalidade da realização das eleições para as autarquias com base no Código Administrativo e não desejarem prolongar a vida da Assembleia da República, as eleições locais terão de se realizar em Dezembro, o que significa que intercalares legislativas e autárquicas ou coincidam ou ficarão separadas por uma ou duas semanas.

Se os partidos resolverem preencher as omissões legislativas sobre as eleições para as autarquias, a Assembleia da República continuará em funções por mais tempo. Embora não existam posições definitivas sobre o assunto, o PSD e o CDS

indicaram que a coincidência das duas consultas eleitorais evitaria a manutenção indefinida da Assembleia da República.

Para além da questão do adiamento das eleições para as autarquias ser ou não pertinente em termos políticos, é necessário saber-se se o eleitor compreende perfeitamente a distinção existente numa votação com quatro boletins de voto, no caso de as intercalares coincidirem com as eleições para as autarquias.

O problema está lançado. Ou os partidos entendem não modificar a legislação sobre as eleições para as autarquias e estas devem realizar-se em Dezembro juntamente com as intercalares ou separadas por um espaço de tempo muito curto, o que implicaria a dissolução a curto prazo

Continua na pág. 20

29 de Agosto de 1979

Diário de Lisboa

Fundação Cuidar o Futuro

Há risco de anulação das «intercalares»

O CDS encontra-se «extremamente receoso» de que «não se efectuem as anunciadas eleições intercalares», já que «dos sucessivos adiamentos da dissolução do Parlamento» pode resultar que aquelas eleições sejam marcadas «só para Janeiro ou Fevereiro», facto que poderia ser aproveitado por «certas forças» para argumentar da «sua inutilidade» face à proximidade da data das «eleições normais» — declarou ontem ao «Correio da Manhã» o dirigente centrista dr. Manuel Correia Leite.

Com efeito, os pedidos de autorizações legislativas que o actual Executivo apresentou ao Parlamento, e que serão analisados em sessões extraordinárias daquela Câmara durante a próxima semana, são motivo, para os centristas, de «duas grandes preocupações».

Assim — segundo o nosso interlocutor — «a vastidão e a im-

portância das matérias em que o Governo pede autorização para legislar são perfeitamente incompatíveis com o carácter de gestão que é sua condição». Porém, para o CDS, o facto mais importante é o que resulta de «estes pedidos de autorização legislativa obrigarem a Assembleia da República a funcionar durante mais um certo espaço de tempo, provocando assim mais um adiamento da data da sua dissolução». E que, como, constitucionalmente, a realização das eleições intercalares se deve efectuar oitenta a noventa dias após a data de dissolução do Parlamento, aquelas poderiam ser «atiradas» só para Janeiro ou Fevereiro — refere-nos o dr. Correia Leite.

Nesta situação, «não seria difícil a certas forças, não interessadas nas eleições, apro-

veitarem o facto para argumentarem com ele a favor da tese de estas serem anuladas, dada a sua inutilidade, face à proximidade da data das eleições legislativas normais» (marcadas para 1980). Para o dirigente centrista com quem contactámos essas forças seriam identificáveis com «os da maioria de esquerda e outras e, eventualmente, o próprio Presidente da República». Facto que, a acontecer, terá o «total e inequívoco desacordo do CDS».

25.8.79 Cm

da Assembleia da República, ou os partidos decidem prolongar a sessão extraordinária da AR, legislando sobre as eleições para as autarquias, o que terá como consequência o adiamento das intercalares e a manutenção da data das eleições para as autarquias. Note-se que o atraso da dissolução da Assembleia da República teria como consequência dificilmente evitável a realização das eleições legislativas intercalares no início de 1980.

PSD

O Serviço de Informação do PSD desmentiu, ao fim da manhã, os termos de uma notícia publicada num matutino, segundo a qual a chamada «Aliança Democrática» desejaria a realização das eleições intercalares juntamente com as das autarquias. O PSD afirma que a «Aliança» não tomou qualquer posição sobre o assunto e desmente que tenha pedido uma audiência ao ministro da Administração Interna para discutir o memorando enviado por Costa Brás aos partidos representados na Assembleia da República. O Serviço de Informação remete a imprensa para os termos de um artigo do semanário do PSD «Povo Livre»:

«Tudo indica que o MAI pretende abrir um novo pretexto para mais uma sessão suplementar da Assembleia da República, a fim de debater lacunas e alterações à legislação eleitoral autárquica. O PSD declara desde já que se opõe firmemente a tal intento, que mais não representa que uma nova tentativa do Governo Eanes-Pintasilgo para adiar mais a prometida dissolução da Assembleia da República.»



Eanes praticamente decidido

Eleições em 8 de Dezembro

- Defice do Orçamento será de 120 milhões ■ Fundo Monetário exige aumentos de preços nos transportes, comunicações e energia
- Taxas de juro vão baixar ■ Desvalorização do Escudo em 0,8 % por mês ■ Portugal liquida hipotecas de ouro
- Agrava-se o défice da habitação ■ Inflação ultrapassará os 25 %, no fim do ano ■ «Assassinadas» pela Assembleia da República as leis do «leasing» e das sociedades de investimento ■ A Esquerda dividida.

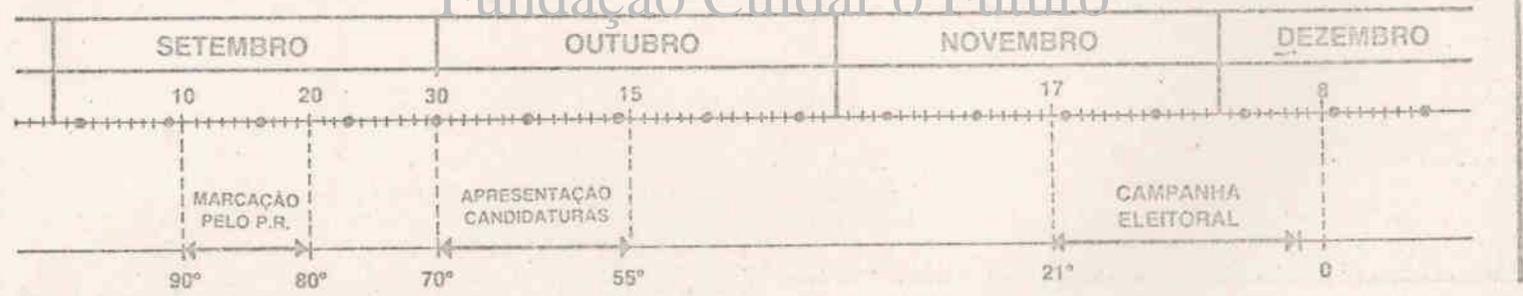
Na passada segunda-feira, uma personalidade confiou ao «Tempo» que o Presidente da República havia escolhido a data de 8 de Dezembro – feriado nacional – para realizar as eleições intercalares legislativas. Na tarde de

ontem, aquela data mantinha-se na agenda do Presidente da República, parecendo difícil registar-se qualquer alteração. O dia 8 de Dezembro é um sábado, dia de N. S. da Conceição e parece indicado para a realização do acto

eleitoral. A mesma fonte – que classificamos de fidedigna – confiou-nos que o Presidente da República decidiu convocar para o mesmo dia as eleições para as autar-

quias locais. O Presidente deverá ouvir, sobre este assunto, o Conselho da Revolução e, provavelmente, os principais partidos. O Presidente programou uma intervenção, através da RTP e da Rádio, para uma data entre 10 e 20 de Setembro, durante a qual falará ao País, para lhe anunciar a realização das eleições.

CALENDÁRIO ELEITORAL



De acordo com os prazos constitucionalmente previstos, e uma vez confirmada a data de 8 de Dezembro para a realização de eleições intercalares, o calendário eleitoral da Assembleia da República terá a configuração que a seguir apresentamos esquematizada.

Assim, a marcação das eleições pelo Presidente da República deverá ocorrer entre o 90.º (prazo máximo constitucional) e o 80.º dia (prazo mínimo estabelecido pela Lei Eleitoral), pelo que recairá, portanto, entre o dia 10 e o dia 20 de Setembro. Tudo leva a crer que o dia escolhido será este último a fim de permitir ao Governo aproveitar até ao último momento o período de autorização legislativa concedido pela Assembleia da República.

As candidaturas apresentadas pelos partidos deverão ser tornadas públicas entre o 70.º e o 55.º dia anterior às eleições, pelo que ocorrerão entre o dia 30 de Setembro e o dia 15 de Outubro. Finalmente a campanha decorrerá a partir de 15 de Novembro, perfazendo os 21 dias legais no dia 6 de Dezembro à meia-noite, 48 horas antes do dia das eleições.





O presidente de nenhum Português

Uma das características mais curiosas do mandato do Presidente da República, General Ramalho Eanes, é a forma como tanto tendo pretendido reclamar-se do título de «Presidente de todos os portugueses» ter acabado talvez por o não ser de nenhum.

Não é, de resto, nada que possa surpreender, uma vez que é sabido como aqueles que muito procuram agradar a gregos e a troianos acabam, no fundo, por não satisfazer ninguém.

O General Ramalho Eanes é, sem dúvida, dos maiores responsáveis pela situação política confusa e inconsequente em que temos vivido e, por isso, não espanta que, três anos passados sobre a sua eleição, ninguém seja seu entusiasta e quase ninguém apareça a defendê-lo.

Mas é mais extraordinário é como, tanto tempo tendo decorrido e tanto se tendo especulado sobre um famigerado projecto de Ramalho Eanes, as suas intenções e o perfil desse «projecto» continuam a ser pouco nítidos.

Claro como água apenas se apresenta o afil espantoso que o Presidente da República tem posto no descrédito e no desgosto crescente do sistema democrático pluripartidário, quer ao agravar as suas contradições, quer ao aumentar as suas dificuldades naturais, quer ainda concebendo e lançando soluções que apenas servem para aumentar o clima de indiferença e desconflança que se vai generalizando.

Na verdade, quando tante se tem dito que a culpa é dos partidos e que são os partidos que têm a responsabilidade da difícil situação presente, vai sendo altura de ir fazendo um pouco de justiça e de alinhar as particulares responsabilidades do Presidente da República.

É sabido, em democracia, que a maioria faz lei. E, diante desta axioma fundamental do regime democrático, é fácil compreender por que, no nível parlamentar do nosso sistema político, se geraram as dificuldades que se feraram.

Nenhum partido tendo obtido a maioria, não foi possível dotar o funcionamento das instituições, a partir do Parlamento, da linearidade e continuidade necessárias a uma actuação eficaz. Essas dificuldades foram mesmo agravadas pela atitude isolacionista do Partido Socialista, não querendo fazer alianças ou admitindo apenas, na prática, compensar uma aliança à direita com outra à esquer-

da com o PCP — o que explica que não tenha havido qualquer aliança maioritária estável, que as poucas que ocasionalmente surgiram se fossem dissolvendo, dando designadamente, o «adultério» do PS, e que, enfim, tenhamos vivido num clima de ambiguidade e flutuação constantes.

Todavia, se estes factores são naturais em democracia dadas as naturais dificuldades de entendimento entre partidos distintos, já é menos natural e compreensível o comportamento do Presidente da República e as dificuldades adicionais que ele próprio gerou ou agravou.

Com efeito, eleito por esmagadora maioria e por conjugação de esforços de três partidos democráticos com assento parlamentar, esperar-se-lhe que Ramalho Eanes, torando na linha maioria real existente, actuisse como um factor estabilizador do sistema democrático, atenuando divergências e polarizando unidades coerentes no quadro daqueles que o haviam eleito.

De resto, a própria natureza semipresidencialista do nosso regime político favorecia essa intervenção e é sabido como o semipresidencialismo tem de entrar na nova Constituição, justamente para minorar os defeitos do multipartidarismo, acima referidos, e para permitir atenuar as dificuldades de formação de maiorias parlamentares estáveis.

Todavia, se era isso que se esperaria do Presidente da República, o facto é que acabou sempre por fazer o contrário. Em primeiro lugar, contemporizou com a formação de um governo minoritário, necessariamente instável — o I Governo Constitucional. Depois, ao longo de 1977, ainda pareceu que Eanes se encaminharia na linha correcta de polarização de unidades dentro da sua maioria e que tudo iria entrar num caminho mais estável. Porém, foi «Sol de pouca dura». Formado o Governo PS/CDS por impulso directo de Eanes, cedo o Presidente da República o «abandonou», criando-lhe dificuldades e contribuindo decisivamente para a sua queda.

Com o que — diz o nosso Povo, gato esalando de água fria tem medo — ficaram praticamente liquidadas todas as hipóteses de entendimento interpartidário com incidência governamental, no quadro actual da Assembleia da República.

Entra-se, depois, na fase dos «Governos de independentes» de iniciativa presidencial. E, nesta altura, seria natural que Eanes procurasse superar as dificuldades que se haviam revelado em momentos anteriores. Aliás, não só que o tentasse, mas que o conseguisse, quer porque tinha maioria no contrário dos partidos, quer porque havia quem o supusesse dedicado e zeloso defensor da democracia.

Todavia, também aqui sucedeu o contrário. Em primeiro lugar, impondo deliberadamente um Governo em condições e com características que Ramalho Eanes sabia iriam gerar uma oposição de partida, maioritária, na Assembleia da República — o Governo Nobre da Costa.

Quis, porém, tirar desforço, sem que se saiba bem porquê, e mais uma vez dizer que «os partidos são péssimos» — e a experiência deu o que deu... Em segundo lugar, veio o Governo Mota Pinto. E, quando as condições eram ideais, na formação deste, para Eanes conseguir, finalmente, congregando os partidos da «maioria presidencial» num mesmo esforço, através de chamado acordo institucional, e não se solibrada e naturalmente a fazê-lo, preferindo abandonar o Governo Mota Pinto à sorte do vazio parlamentar, com os resultados que se conheceram.

O caso, aliás, é tanto mais de espantar, quanto é certo que fora o próprio Presidente da República a aventar a hipótese do acordo institucional, recusando-se depois a fazê-lo quando era claramente possível e necessário.

E, enfim, agora veio o escândalo que é a situação actual: uma Assembleia dissolvida, mas que continua; e um Governo Pintasilgo claramente dirigido contra dois partidos que haviam eleito Eanes e que haviam recentemente assinado o acordo de Aliança Democrática, dando um exemplo concreto de não entendimento interpartidário por que aparentemente Eanes tanto esperaria.

Todos estes exemplos têm, de facto, uma sequência excessiva para que se possa imaginar que tudo sucedeu por acaso e coincidência e que Eanes não prosseguiu o propósito objectivo de desactivar o sistema partidário e agravar as suas dificuldades, alijando para cima dos partidos e dos seus «defeitos» a sua própria responsabilidade.

Quando se esperava que Eanes ajudasse activamente no sentido de construir, no seio da maioria presidencial, en-

tendimentos interpartidários, não fez nada disso e até contribuiu decisivamente para desfazer ou procurar desfazer os poucos que foram surgindo: primeiro, a chamada Convergência Democrática, impondo ao PSD um voto sobre a Lei da Reforma Agrária dissociado do voto CDS, o que acabou por gerar todos os acontecimentos subsequentes; depois, quando do Governo PS/CDS, empurrando-o para a dissolução, em lugar de pugnar pelo seu alargamento ao PSD e pelo termo das concessões que o PS ia fazendo ao PCP; e, enfim, agora, no momento da Aliança Democrática, procurando claramente combatê-la por todos os meios.

E, quando se esperava também, por outro lado, que Eanes cuidasse particularmente das suas relações com os partidos que se haviam reunido para o eleger, não deixa de ser sintomático verificar, depois destes anos, ao contrário, Eanes sempre prático ligações com os sectores desses partidos que estavam em oposição às respectivas direcções, acabariam por tornarem-se «dissidentes» e de somar, assim, esta curiosidade, àqueles outros factos da mesma «conspiração camista antipartidária».

É por isso que Eanes traiu indubitavelmente o seu eleitorado e hoje, seriamente, de poucos poderá ter apolo, a não ser justamente daqueles que o não elegeram: o PCP, igualmente interessado no descrédito da democracia pluripartidária e nos vários que, entretanto, se vão gerando. E, se verdade que Eanes teuciona prosseguir este caminho, hoje seria que não encontrasse aliados objectivos entre aqueles que se dispõem decididamente a contrariá-lo — os partidos da Aliança Democrática.

É que a maioria absoluta da Aliança Democrática é a única garantia para travar o «projecto Eanes» e, por isso, um disparate completo abdicar de possibilidades de a ganhar melhor, como se verificou pelo abandono da possibilidade de listas conjuntas PSD/CDS.

Valha-nos, no menos, a esperança de que, se porventura por esse motivo, a maioria absoluta se não alcançar, tudo continuar na maior confusão e o «projecto Eanes» manter o caminho aberto, a lição saiba ser tirada em relação àqueles que, impondo, no seio do PSD, a tese das listas separadas, se terão comportado talvez como os melhores aliados objectivos do «camismo» e do Governo Pintasilgo.

A teia que Belém vai tecendo...

Jornal novo 24.8.79

por Mário Clívia

Pouco a pouco, paciente e programadamente, Belém vai tecendo a sua teia...

As peças do puzzle vão-se encaixando umas nas outras com perfeita exactidão, o timing, de há muito elaborado vai-se cumprindo rigorosamente, com a mesma exactidão com que um plano militar é programado e executado. Com frieza e com a determinação própria dos obstinados.

É assim que um Parlamento moribundo, que já não significa nada nem representa ninguém, vai prolongando a sua vida vegetativa, perante a indiferença e a náusea do País inteiro, saturado de farsas, enquanto o Verão arasta penosamente nos fogos criminosos que carbonizam flores e na modorra dos calores de Agosto.

É assim também que a prometida dissolução desse mesmo Parlamento se vai adiando com artifícios que não convencem ninguém.

Primeiro, para que o Programa Pintasilgo fosse discutido e aprovado, depois para que no Executivo sejam concedidas autorizações legislativas, e outros motivos surgirão, certamente, para que mais tempo ainda se prolongue a vida artificial da Assembleia moribunda.

Tudo certo. Tudo programado. Tudo para que as peças do puzzle se vão encaixando. Tudo porque Belém vai tecendo, com paciência, mas igualmente com firme determinação, a sua teia.

Agora já não existem nem dúvidas nem antiguidades. Agora tudo é claro, tão claro que mesmo quem não ande a par destas subtilidades da política o entende perfeitamente.

Dia a dia, cada vez com maior empenho e determinação, Belém tece a sua teia.

Mas também dia a dia a esfinge se vai revelando e o seu projecto vai ganhando o recorte nítido do objectivo pretendido, porque chegar o momento da verdade

de em que as máscaras caem e os rostos se revelam na sua trágica...

E Belém vai tecendo a sua teia...

Intercalares para as Calendas Gregas...

Belém vai tecendo a sua teia. O Parlamento moribundo vai-se aguentando com balões de oxigénio, porque prolongar-lhe a vida faz parte da teia que Belém tece. É uma peça indispensável do puzzle que em Belém se vem construindo desde o primeiro dia, com paciência, mas, sobretudo, com tremenda determinação.

Assim, as eleições intercalares já não serão em Setembro nem em Outubro nem certamente neste ano de 1979. Se-lo-ão, talvez, lá para as Calendas Gregas ou, como diz o nosso Povo, no dia de S. Nunca à tarde...

E o Governo Pintasilgo não se-

rá de 100 dias, porque a teia que Belém tece necessita de mais tempo — quanto mais melhor — para completar o seu puzzle e atingir o objectivo desde o primeiro dia programado...

Pintasilgo vai governar. Vai ter tempo para mudar a face das coisas e impar a um País nauseado e indiferente à sua política que, por acaso, se enquadra perfeitamente na teia que em Belém paciente e determinadamente se tece...

Não serão 100 dias, mas talvez quinhentos ou mil ou mais. Talvez quantos sejam necessários e indispensáveis para que Belém teça a sua teia e o puzzle se complete...

E Agosto esval-se na madorra dos calores estivais, na indiferença e na náusea, mas também nas altas labaredas (simbólicas?) que criminosamente transformam o País num gigantesco braseiro.

Enquanto Belém tece a sua teia...

Pedras d'El Rei, Agosto

«NÃO ENTENDO JÁ O GENERAL EANES»

«TEMPO» — Como encara a realização de mais esta sessão suplementar da Assembleia da República? Acha que ela é pertinente ou não?

RUI PENA — O CDS desde logo manifestou a sua não concordância relativamente ao anúncio desta sessão e eu próprio tive ocasião de me manifestar nesse sentido, quer na reunião dos presidentes dos grupos parlamentares, quer na própria comissão permanente, que reuniu a seguir. O voto contrário do meu grupo parlamentar justificou-se não só por considerarmos menos correcto o método seguido para a convocação, mas também por a julgarmos desnecessária e impertinente. Com efeito, não faz sentido que a Assembleia da República, que viu publicamente anunciada pelo Presidente da República, em 13 de Julho, a sua dissolução, venha ela própria, através dos mecanismos regimentais, convocar a reunião de uma nova sessão suplementar, dando portanto a entender que estava politicamente de perfeita saúde, que nada de especial tinha ocorrido, que é perfeitamente igual o funcionamento de um Parlamento antes e depois do anúncio da sua dissolução e que num e noutro caso representa com igual legitimidade o querer, a vontade do Povo português.

Não fazia sentido, no meu entender, que a Assembleia pudesse ela própria decidir sobre a sua reunião suplementar quando pairava no ar o anúncio da sua dissolução por parte do Presidente da República. Por outro lado, a melhor forma de resolver o hipotético impasse a que chegou o actual Governo logo no começo da sua marcha, de que não poderia governar porque não tinha os intru-

mentos necessários que entravam no âmbito da competência exclusiva da A.R., teria sido a de a convocação pertencer ao Presidente da República.

O P.R. tem constitucionalmente poderes para convocar a A.R. Ora, se o Presidente da República reconheceu que a A.R. já não representava devidamente o povo português e que portanto deveria ser dissolvida, era o P.R. quem deveria ter tomado a iniciativa da sua reunião suplementar.

Isto tinha também uma outra vantagem pois permitiria aos portugueses conhecer a vontade real do sr. Presidente da República quanto à dissolução e quanto à marcação das eleições intercalares.

Nós não sabemos exactamente o que é que o P.R. quer. Eu ainda não percebi, confesso, porque é que foi anunciada com tanta antecedência a dissolução da Assembleia da República e ainda não foi dissolvida de facto, porque é que a A.R. foi chamada a pronunciar-se sobre o Governo Pintasilgo aue lhe era lateral e que acabou por passar, mas chumbado e bem chamuscado, sem prestígio nem para o Governo, nem para a Assembleia, nem para o Presidente da República, enfim, eu não entendo já o genocida Eanes. Não é não querer entender. E que não sou capaz de integrar as suas últimas atitudes num contexto lógico, racional, patriótico e democrático.

Tempo

30 AGO. 79

Acerbas críticas ao Presidente da República e à Primeiro-Ministro foram dirigidas pelo dr. Rui Pena, presidente do grupo parlamentar do CDS, em entrevista que concedeu ao «Tempo» sobre a actual conjuntura. «Por diversas vezes, e mau grado algumas respeitadas e magoadas representações que oportunamente lhe fizemos, o sr. Presidente menosprezou o CDS», afirmou o nosso entrevistado que referiu também que era a Ramalho Eanes, que reconheceu que a Assembleia da República já não representava devidamente o Povo português e que portanto deveria ser dissolvida, quem deveria ter tomado a iniciativa de convocar a reunião suplementar do Parlamento, que está a decorrer. Sobre a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, observou «Para quem se declarava disposta a iniciar em termos triunfais a celebrada marcha dos cem dias, e decorridos que vão quase trinta, devemos confessar que ainda vimos muito pouco ou quase nada. E o que vimos deixa-ros perplexos».

HANDEL DE OLIVEIRA

«Eanes menosprezou o CDS»

RUI PENA ACUSA:



A reabertura da AR para a investidura parlamentar do III Governo presidencial, V Constitucional e XI pós-revolucionário, ofereceu uma pré-imagem das campanhas eleitorais que vão dominar nos próximos dois anos a vida do País. Como era de calcular a discussão sobre o Presidente da República ocupou muito mais os partidos democráticos do que o sumário e livresco Programa de Governo de Lurdes Pintasilgo.

Aliás não poderia ser doutra maneira. A operação Pintasilgo não pode ser desintegrada do projecto mais vasto e mais fundo do PR que visa (nesta primeira fase de allendização) um ataque frontal à Aliança Democrática com o concomitante reforço da maioria de esquerda nos pontos estratégicos no aparelho do Estado, no sistema económico-financeiro e nos órgãos de Comunicação Social, de modo a manter a actual correlação de forças partidárias na nova Assembleia a sair das eleições intercalares.

Sucedo, porém, que embora esta estratégia presidencial a curto prazo seja favorável ao PS, o desenvolvimento ulterior do plano acarreta uma grave ameaça às suas expectativas de hegemonização no sistema partidário-parlamentar em Portugal, visto que qualquer forma de presidencialismo militar ou do socialismo à MFA passa inevitavelmente pela destruição de Mário Soares e do seu partido socialista. Daí as posições aparentemente contraditórias tomadas pelos socialistas durante o debate. Ao mesmo tempo que o PS elogiava sem reservas a figura do Primeiro-Ministro prodigalizando-lhe os maiores encômios e os ministros da Administração Interna e das Finanças eram constantemente aplaudidos, o secretário geral lançava um violento

ataque ao PR condenando a solução adoptada; se de uma mão os deputados socialistas expressavam a sua concordância com o esquemático e prolixo Programa do Governo, na moção de rejeição, refugiavam-se na incómoda abstenção; enquanto os deputados da SDI sublinhavam com palmas o tom autoritário e agressivo e as tiradas anti-parlamentares do Primeiro-Ministro, o líder socialista apresentava um semblante grave e preocupado perante aquele súbito auto-retrato proporcionado pela eng.^a Pintasilgo. O azedume e nervosismo mal contido com que o Chefe do Governo ripostou aos deputados da oposição não pressagia bom augúrio para o futuro do nosso incipiente e original regime democrático-parlamentar.

Pela primeira vez no hemiciclo de São Bento o Presidente da República foi censurado, verberado e a sua acção repudiada simultaneamente pelos três partidos que concorreram para a sua eleição. Actualmente, por uma estranha coincidência, o PR apenas pode contar como sua base de sustentação com os seus vinte e oito deputados saídos do PSD e os dirigentes do PCP, pois não é de esperar que os comunistas em massa sintam qualquer atracção pelo «herói de 25 de Novembro» e opositor de Octávio Pato...

Com a conhecida perspicácia, o prof. Freitas do Amaral diria no seu estilo característico: «O Partido Comunista tem razões para estar satisfeito — e o general Costa Gomes deve sentir hoje bastante menos amargura por não ter continuado em Belém. Quanto ao general Eanes, o seu eleitorado tem que agradecer pelo menos uma coisa neste momento: que ele se tenha definido tão claramente

um ano antes da próxima eleição presidencial». Por sua vez Sá Carneiro chamaria a atenção para o discurso presidencial de 15 de Outubro em que se referia à implantação em Portugal de «democracia socialista» e à «transição» para ela que o novo Primeiro-Ministro proclama como objectivo do seu «Governo de cem dias». Friamente, Mário Soares exorcisava, logo em seguida, o demónio do sidonismo que se perfila no horizonte português, com a agravante de o PR ser ao mesmo tempo um militar no activo, Presidente do Conselho da Revolução e Chefe do Estado Maior - General das Forças Armadas.

Naturalmente, a eng.^a Pintasilgo pelo seu directo envolvimento e comprometimento nesta ofensiva, e a posição já declarada contra a «democracia parlamentar clássica» não é a pessoa mais indicada para desmentir os projectos e propósitos eanistas e muito menos para ripostar com rebuscada e teatral «dureza» aos dirigentes dos partidos democráticos com assento na AR. Por isso, soou a ridículo e roçou pela grosseria o passo infeliz da sua oração em que o Primeiro-Ministro desmentiu «qualquer conluio com o PR» inpu-

tando arrogantemente aos seus opositores «a desonestidade moral e intelectual dos que fabricam mentiras e afirmam calúnias como se fossem verdades universais». Pior é que este naco de má oratória trouxe imediatamente à memória dos deputados as desvairadas discursatas do eng. Vasco Gonçalves nas vésperas da sua expulsão do palacete de São Bento.

De tudo isto resulta que não é o despropositado e

megalómano Programa de M. L. Pintasilgo que foi derrotado na AR (embora constitucionalmente tal derrota seja irrelevante para a passagem do seu Governo), é o Presidente da República que sai derrotado e cabisbaixo pela câmara dos deputados. Tal como os dirigentes democratas-cristãos oportunamente tinham avisado teria sido muito mais político, o PR dissolver o Parlamento e nomear um governo de gestão em que a figura do Primeiro-Ministro não suscitasse por parte de qualquer dos grandes partidos motivo para recusa e desconfiança. Não havia, de facto, necessidade nenhuma de obrigar as forças políticas democráticas a repetirem posições de hostilidade perante um Governo controverso, destinado a defraudar o acto eleitoral. Com a metodologia que o PR adoptou de levar o Governo à AR, apenas exacerbou as posições das diferentes bancadas. Pela simples realização do debate parlamentar e da consequente votação o Governo vai pagar um preço político: quer queira quer não o Governo LP pelos apoios expressos e explícitos que recebeu da maioria de esquerda ficou inevitavelmente hipotecado ao bloco PC-UEDS-PS. À saída de S. Bento a imagem do Governo nunca pode ser a mesma que ele se esforçava por ostentar ao entrar no mesmo Hemiciclo. Jamais poderá invocar o benefício da dúvida, nem afirmar-se como imparcial e equidistante de todos os partidos. Enquanto durar — cem dias contados ou sem dias contados, como diz o humorista — é o Governo LP-PC-UEDS-PS que vai dirigir e orientar a pugna eleitoral entre a Aliança Democrática e o bloco marxista-colectivista.

Com as autoridades lenient...

Aliança Reaccionária admoesta hierarquia católica

A Aliança (Bicéfala) Reaccionária saiu desesperançada das pendências em que se envolveu na Assembleia da República. Coleccionou uma série de derrotas. Os seus dirigentes, no apagar das luzes, após a votação, assemelhavam-se a galinhas de penas eriçadas, batidas por um temporal. Mas surpresas não houve.

Desta vez, as duas cabeças da Bicéfala estiveram de acordo. Não desafinaram. Ambas cantaram a ária do desespero. Tanto o sr. Sá Carneiro como o sr. Freitas do Amaral, secundados pelos respectivos ajudantes, atacaram com desespero, extravasando ódio contra a democracia. Das suas falações pingou saudade pelo finado governo MP-PPD-CDS. Investiram em todas as frentes, ou, mais exactamente, em todos os azimutes, como costumava dizer o general Charles de Gaulle.

O sr. Sá Carneiro, para dar alento às hostes do PPD, tratou de levantar dúvidas sobre a realização das eleições intercalares. Ele próprio sabe que as instituições democráticas funcionarão, mas convinha-lhe fazer esvoaçar fantasmas para recusar as eleições na data prevista pela Constituição. Agora, o pretexto para rejeitar a ida às urnas é o Inverno. O presidente do PPD está apavorado com os frios de Dezembro. Teme a neve. Diz recear que o povo, (no país de clima mais ameno da Europa), fuja das urnas com medo das inclemências do tempo... Essa súbita sensibilidade climática serve de trampolim para uma sugestão-PPD sobre a data das eleições intercalares incompatível com aquilo que a Constituição estabelece.

O ataque ao Presidente da República não trouxe novidades. A rotina. O alquimista de mil conspirações manifesta o seu ressentimento e atribui a Belém os sonhos golpistas que lhe povoam a mente imbecila.

A nota original esteve na investida contra a Igreja. Ao presidente do PPD não basta a ajuda que muitos párocos prestam à sua gente em certos distritos do País. Sonhou com a solidariedade actuante da hierarquia católica. E está despeitado. Critica já a hierarquia da Igreja por não hostilizar o Governo da sr.^{ta} Maria de Lourdes Pintasilgo. No seu estilo habitual adverte os bispos portugueses, faz previsões, informa-os de que terão de se arrepender.

O sr. Freitas do Amaral não se exibiu em melhor nível. Foi grosseiro até nas imagens. Arreganhou os dentes às Forças Armadas. E não abordou de frente, como o colega da Bicéfala, o tema religioso. Deu uma volta. Para insultar o Governo achou por bem inspirar-se no estilo metafórico dos cardeais da Contra-Reforma e fez ironia com os *ayathollas*, ferindo os sentimentos dos muçulmanos *chiitas*. Fundiu o temporal e o espiritual numa pesada graçola.

A ária das autorizações legislativas foi entoada a duas vozes pelos senhores da Bicéfala. Negam-se a concedê-las. Não se mostraram preocupados pelo facto de que, dissolvida a AR, o País não poderá ser governado se o Governo não dispuser de competência para legislar em áreas atribuídas à Assembleia pela Constituição. Deixaram muito claro que, não se encontrando a reacção no Poder, o problema do Governo é para eles irrelevante. Pode até vir o dilúvio.

É a desestabilização que lhes interessa e não o apaziguamento de conflitos sociais e a criação de condições para a recuperação económica. Desejariam, isso sim, criar, em vésperas de eleições, uma situação de caos, propícia ao desenvolvimento dos seus planos golpistas.

O descontrolo dos senhores da Aliança Reaccionária traduz também a certeza de que o insulto, a calúnia e a intriga não atingiram o alvo principal. O debate contribuiu para dar ao Povo português uma noção mais exacta da natureza, dos objectivos e das limitações do Governo da sr.^{ta} Lourdes Pintasilgo.

Carlos Brito, definiu com sobriedade a posição dos comunistas ao acentuar que este Governo não será o Governo de viragem que a situação exige. Foi viabilizada uma solução constitucional, mas — declarou — «pusemos em evidência a vasta área de discordância que nos separa deste Governo em domínios tão relevantes como os da política económica e financeira, tornámos vivas as nossas interrogações e inquietações relativamente às orientações preconizadas noutros domínios, especialmente no que toca à Reforma Agrária». Mas é natural — sublinhou — que a reacção esteja desesperada. Este «Governo e este debate — disse — não têm nenhum sentido para o PPD e o CDS porque representam uma afirmação do país real, que interrompe subitamente o enlevado sonho com que a Direita já se representava reinstalada no poder».

Por outras palavras, o secretário-geral do PS abordou o mesmo tema ao afirmar que o actual Governo significou um «enorme balde de água fria» para as forças reaccionárias empenhadas na «destruição do regime por via do referendo».

A Aliança Reaccionária mal se fez ao mar já apresenta esfarrapadas as velas do seu navio. O casco está podre. As suas duas cabeças entoam um coro plangente de lamentações. De tão desesperados, os bicéfalos até investem contra a Igreja católica. Falam como naufragos antes do barco ir a pique. O voto popular tornou-se para eles um pesadelo.



por Henrique Barrilaro Ruas

A senhora D. Maria de Lurdes Pintasilgo tem certamente razão quando lembra a alguns católicos portugueses que o espírito do Concílio Vaticano II não é favorável à ideologia antimarxista. Efectivamente, o Concílio não renovou as condenações do marxismo, anteriormente expressas pelo mais alto Magistério habitual da Igreja. E podia tê-lo feito. Logo, se o não fez, apesar dos insistentes apelos de numerosos padres conciliares, é porque verdadeiramente não quis.

Concílio predominantemente pastoral, e não doutrinal, o Vaticano II veio de certo modo completar o que o Vaticano I deixara em suspenso por força da conquista de Roma pelas tropas pan-jitálicas de Vítor Manuel. A

força dogmática do I exigia um prolongamento prático, toda a difícil e indispensável aplicação da Verdade às coisas, às circunstâncias e às tendências predominantes no tempo humano. É certo que, apesar de tudo, o Concílio de João XXIII e Paulo VI produziu profundíssimos textos dogmáticos sobre a Igreja. Mas todo o seu cuidado foi pastoral. Mãe e Mestra, a Igreja revelou-se, nesse momento, especialmente mãe.

Tem pois fortes razões a senhora primeira-ministra para recordar a alguns cristãos que a hora eclesial que ainda se vive é uma hora marcada pelos cuidados maternos, uma hora em que a Igreja se dirige aos seus filhos pequenos, talvez ainda incapazes de trocar o leite da meninice por alimento mais sólido. E esta atitude da Igreja parece corresponder a uma exigência comum no homem de hoje, singularmente marcado por um regresso à infância (nem sempre — aí de nós todos! — espiritual...).

De acordo com tudo isto, quer Maria de Lurdes Pintasilgo que termine essa guerra de morte que em tempos se faziam cristãos e não cristãos, e da qual foi apenas um breve instante a guerra entre marxistas e cristãos.

Devemos, no entanto, obtemperar que o termo de tal guerra não pode significar a neutralização das doutrinas, um nevoeiro denso a tornar impossível distinguir o verdadeiro do falso, ou o bem do mal. Os marxistas podem converter-se (ou simplesmente deixar de ser marxistas). Mas, enquanto marxistas, não podem ser cristãos. Quer para o tempo, quer para a eternidade, não é indiferente acreditar em Deus, no seu Cristo, na sua Igreja e no carácter espiritual da pessoa humana — ou não acreditar.

Maria de Lurdes Pintasilgo sabe-o pelo menos tão bem como eu. Se aqui o recordo, é simplesmente porque vejo por aí alguns sinais de que o Concílio Vaticano II está a ser aproveitado para fins estritamente políticos, por certos intelectuais. Ao mesmo tempo, e quase no mesmo acto, em que procuram fazer do Concílio e de todo o seu cuidado pastoral, campo de manobra ou ponto de partida para a dessacralização do Cristianismo e a neutralização da Igreja, vejo-os trocar, com requintes de mau gosto, do "aggiornamento" litúrgico que o Concílio promoveu.

É este o caso de Mário Castrim, no "Diário de Lisboa" de 13 do corrente. E nem toda a boa-vontade do mundo será suficiente para transformar em acto de fé e de piedade o que nasce do coração como acto de impiedade e descrença. Neste campo, é ineficaz, por si, qualquer esforço humano: só Deus é capaz de uma tal alquimia.

Henrique Barrilaro Ruas

P.S. — Devo trazer para aqui, muito sumariamente, dois casos que me dizem respeito:

1. Correspondência ao apele Instituto de Francisco de Sousa Tavares e aqui apoiado por mim, o senhor general Ramalho Eanes, na sua qualidade de chefe do EMG das Forças Armadas, deu ordem para a urgente repetição do julgamento de Afonso de Sousa, condenado, há longos meses, a 13 anos (e não 14, como erradamente escrevi), por crime não provado. Registe-se e louve-se a decisão, apesar de parecer lamentável que o réu não possa gozar de liberdade condicional (como, desde Sócrates, é costume em sociedades civilizadas).

2. Em referência ao meu artigo A conversão de "O Jornal", o semanário deste nome declara que não se converteu ao Catolicismo e que apenas quis, no seu número 222, informar o seu público sobre a personalidade da senhora D. Maria de Lurdes Pintasilgo. E devolve-me, num muito escolástico argumento ad hominem, o remoque da "conversão", por estar eu agora, como membro da Comissão Política do PPM, a contribuir para uma frente eleitoral antimarxista, ou para o seu sucedâneo, depois de ter afirmado, precisamente em declarações a esse jornal, que o PPM era contrário a quaisquer "frentes ideológicas, designadamente antimarxistas".

Talvez me fosse lícito responder, à maneira do que me fez "O Jornal", que não, que não é assim, que não me "converti". Mas devo aos meus leitores — e até à estima que me merecem alguns dos jornalistas do prestigioso semanário — alguma elucidação. E direi:

a) Sobre a minha posição pessoal, publiquei, em "O Comércio do Porto", um extenso artigo, dias após as citadas declarações a "O Jornal". Al explicava por que não é razoável dividir os Portugueses em marxistas e antimarxistas.

b) Rigorosamente, a "Frente", então proposta pelo CDS, não era antimarxista, embora os termos em que foi sugerida facilmente pudessem levar a esse entendimento.

c) O PPM procurou, e creio que conseguiu, que a Aliança Democrática não tivesse carácter ideológico (ao menos no sentido em que sempre usei a palavra "ideologia", em numerosos escritos).

Cristãos a caminho do comunismo

Notável e esforçada é a defesa feita pelos jornais comunistas da hierarquia católica. Face às críticas de que é vítima o Episcopado português por parte dos católicos, os comunistas num súbito acesso de zelo apostólico erquem pendão exaltando os bispos e atacando ferozmente todos os seus críticos.

Depois de, há mais de um ano, o Barreirinhas Cunhal ter proposto a Ramalho Eanes o nome de Maria de Lurdes Pintasilgo para Primeiro-Ministro e de, há poucas num comício em Braga, ter anunciado que, no PC, há muitos militantes católicos, os acontecimentos precipitaram-se rapidamente. Primeiro foi "O Jornal" que, em beatitude plena, resolveu autotransformar-se em órgão do Episcopado; depois, foram o "Diário de Lisboa" e "o diário" que se lançaram em terças armas por conta dos srs. bispos.

De "O Jornal" já se falou suficientemente. Dos dois quotidianos comunistas ainda nada se disse: em campanha conjugada os dois órgãos do PC não perderam pitada do debate que se azeda — e, citando abundantemente o Evangelho, tornam irredutíveis posições apoloéticas do catolicismo e da sua hierarquia.

Na segunda-feira passada, indignadamente (depois de Primeira Santos ter transformado Lenine em percussor de João XXIII,) o "Diário de Lisboa" insurgia-se contra o discurso

de Sá Carneiro na Assembleia da República, considerando-o como de ataque à igreja; na Terça-feira seguinte "o diário" dedicava toda a sua primeira página ao assunto, manifestando a sua indignação.

Por isso mesmo certos meios católicos, recordando a parábola do filho pródigo, não se cansam de erguer louvores à decisão do senhor Ramalho Eanes convidando Maria de Lurdes Pintasilgo para formar o V Governo Constitucional: milagrosamente, não se perdendo nenhum católico à Direita, converteram-se ao catolicismo todos os comunistas... Enquanto o vitélo eleitoral estiver a essar, assim continuaremos; depois veremos...

De qualquer maneira, os srs. bispos podem dar graças e Deus...

"A RUA" - 23.8.79



Abstencionismo é falta grave

— adverte o Bispo de Braga

«Deus não é político, não tem política e não está inscrito em nenhum partido político, mas vêm aí as eleições e o abstencionismo é falta grave» — disse ontem o bispo auxiliar de Braga, D. Manuel Ferreira Cabral.

Falando durante a homilia que proferiu no Santuário do Sameiro em Braga, no decorrer da peregrinação anual, o bispo sublinhou que todo o português deve votar «com ciência, consciência e inteligência» e acrescentou:

«É melhor faltar à missa para ir votar do que deixar de votar para ir à missa. Ótimo será cumprir as duas obrigações.»

Apelando para que ninguém deixe de cumprir o dever cívico de votar, D.

Continua na pág. 9

Manuel Cabral acentuou «que ninguém se abstenha de ir votar, e isto para que não aconteça termos de ver passar a urna da Pátria a caminho dum cemitério em qualquer paraíso vermelho».

A terminar, o prelado de Braga disse «nós, para além de cidadãos conscientes e inteligentes duma Pátria terrestre, temos a obrigação urgente de nesta hora assumirmos a nossa responsabilidade como cidadãos».

Mas seria na homilia que o bispo auxiliar do Arcebispado de Braga viria a tecer importantes e oportunos considerandos sobre a vida cristã, sem, contudo, esquecer o papel dos católicos na condução da vida política.

«O cristão de hoje é desafiado por um mundo que tende cada vez mais a prescindir de Deus. Mas o Mundo também é desafiado pelos homens que se entregam a Deus e vivem de acordo com essa fé» — começaria por afirmar D. Manuel Ferreira Cabral, para um pouco mais adiante acentuar:

«Nós criámos deuses materiais. Fizemos nos cultivadores materialistas. Fizemos da Ciência um deus, e a Ciência deu-nos a bomba atómica, a bomba de hidrogénio e agora a bomba de neutrões, que apenas destrói os homens, conservando as coisas. Fizemos do sexo uma deusa, mas, com toda a sua tolerância, ela não tem trazido a felicidade, a paz, a alegria de viver.

Prosseguindo na sua

homilia, D. Manuel Ferreira Cabral recordou alguns factos históricos e citou frases de grandes homens, que ficaram célebres, como esta: «Não é preciso ser inteligente para ser ateu. Qualquer ignorante pode negar o sobrenatural», pois «até os próprios brutos animais passam ser o sobrenatural. Passam e são passados».

O «governador do Mundo

não será o comunismo

«O futuro «governador» do Mundo não será o capitalismo — afirmou D. Manuel Ferreira Cabral — mas também não será o comunismo. Será Cristo. Será Cristo quem vai governar. Ele será o rei dos reis, o senhor dos senhores, ele julgará os próprios juizes. E esta é também a hora de Maria. Estas, sim, é que são as horas de Maria... não de qualquer Maria... não de Maria Santíssima, de Maria Virgem e Mãe, de Maria Mãe da Igreja». E pouco depois acrescentou: «Ou Cristo ou o caos. Ou Fátima ou a bomba atómica. Ou Deus ou o Demónio».

D. Manuel Ferreira Cabral, em breves palavras, evocou a história das aparições em Fátima, e as recomendações da Virgem aos três pastorinhos, lembrando um dos pedidos de Maria Santíssima, para que se fizessem orações pela conversão da

Rússia, afirmando que «os materialistas do Ocidente são argila nas mãos dos soviéticos...», pois se têm deixado moldar inconscientemente. E depois:

— «Perante as actuais circunstâncias, perante os acontecimentos tenebrosos, cheios de incógnitas para o dia de amanhã uma pergunta angustiosa sobe do coração aos lábios de todos: Quem nos há-de salvar? Certamente que não será a habilidade dos políticos, nem a eloquência dos oradores, nem o ouro dos banqueiros, nem a espada dos soldados. Só Deus poderá salvar o Mundo».



Bispo de Setúbal:

“A greve exige solidariedade...”

Pertenceu a um prelado considerado dos mais progressistas, a primeira posição pública da hierarquia católica sobre a greve dos médicos. D. Manuel da Silva Martins, Bispo de Setúbal, na missiva que passamos a transcrever, pede o levantamento da greve, em nome do “nosso pobre povo português”:

“Também eu quero pedir aos nossos médicos que não agravem mais a situação do nosso pobre povo português.

A greve é um direito sagrado e indiscutível que muitas vezes protege direitos fundamentais, igualmente sagrados e indiscutíveis. Pode ser o vosso caso, não sei.

Sei, isso sim, que é um direito que deve ter em conta igualmente os direitos dos outros, sobretudo quando tais direitos se identificam com direitos primários... e daqueles que sempre ou quase sempre não têm quem os defenda, que são os pobres, que são os sem voz.

Por isso, a greve exige inteligência, sentido de solidariedade e apurado grau de civilização. Tudo isto desejaria eu continuar a ver nos nossos médicos que me habituam a respeitar (quase a venerar) desde a minha infância.

Sinto que o nosso povo não pode aguentar mais esta prova que se vem juntar a tantas outras e espera confiadamente que recorrais a outras formas de luta para defenderdes os vossos direitos.

Como cidadão e como Bispo, junto a mimba vós ao povo humilde e sacrificado de Portugal que vos pede (e aguarda ansiosamente) o fim desta provação”.

ORDEM: O “ALVO” É OUTRO

“Sua Excelência Reverendíssima errou o alvo. O apelo devia ser feito ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e ao Governo e não a nós, a quem uma greve foi imposta” — considerou o dr. Robert Pereira Martins, comentando, a pedido do nosso jornal, o conteúdo da nota divulgada pelo Bispo de Setúbal.

O dirigente médico adiantou que se aquele prelado considera a Ordem dos Médicos culpada da greve a que se assiste, deveria, no âmbito da missão que, na sua opinião, cabe aos membros da Igreja, ter contactado previamente com aquela organização, tentando demovê-la dos seus objectivos. De qualquer modo, ainda segundo a mesma fonte, a Ordem dos Médicos está pronta a ser ouvida pelo Bispo de Setúbal, caso este prelado manifeste esse interesse.

O presidente da Secção Sua da Ordem, ainda em declarações prestadas ao nosso jornal, estranhou, entretanto, que aquele Bispo não tenha divulgado nenhum apelo semelhante aquando da realização da greve dos telefones ou dos transportes. “Porque o faz agora?” — interrogou-se, mesmo, o dirigente dos médicos.

Juventude Centrista com a Igreja

Gratidão para a homília do bispo auxiliar de Braga

A propósito da homília proferida no Saneiro pelo bispo auxiliar de Braga, D. Manuel Ferreira Cabral, a Juventude Centrista difundiu um comunicado em que se congratula com o teor das palavras daquele representante da Igreja.

“Num momento em que exactamente os mesmos que quiseram silenciar a Rádio Renascença, atacaram a Igreja por dentro e por fora, perseguiram e vexaram D. Francisco Maria da Silva e centenas de outros católicos, pretendem, com outras roupagens, servir-se da Igreja para a perturbarem e para voltarem a enganar os portugueses era, de facto, necessário que os verdadeiros chefes da Igreja viessem, mais uma vez, em sua defesa”, acentuava o comunicado daquela organização.

Depois de referir que a juventude centrista se dispõe a desbaratar os dinheiros públicos e empenhar a Pátria que nos resta, à luz de princípios que nos são inteiramente estranhos, o comunicado acrescentava: “Um Presidente da República, eleito pela maioria dos portugueses,

sustentando um punhado de inúteis que sobrevivem unicamente porque ele lhes permite a intriga e a entrada em Beirém”.

E, prosseguindo, afirmava: “O Governo tem os seus dias contados, e, como os outros, não imagina o que seja uma política de Juventude, a qual, tal como há algum tempo vimos afirmando, é a política do futuro que julga o presente em função dele. É neste sentido que, quando pela primeira vez se pôde em Portugal a questão de saber quem é marxista, quem quer a injustiça e o caos que experimentámos em 1975, ou quem pelos seus valores imortais do Bem, da Justiça, do Progresso e da Felicidade, a juventude está certa da sua opção e sente renascer em si a esperança que lhe advém da necessidade de lutar”.

E conclui-se no comunicado: “Esse apelo de acção veio de Sua Eminência Reverendíssima D. Manuel Ferreira Cabral, e queremos ser os primeiros a dar-lhe a nossa palavra de gratidão, contra o Presidente da República e contra o Governo, pelo futuro de Portugal, que eles sabem que é nosso”.



Costa Martins e Pereira Pinto licenciados pela Força Aérea

21 Ago. 79

10.000.000.000

O major-piloto-aviador Costa Martins, de 41 anos, e o major-engenheiro de aeródromos Pereira Pinto, de 38 anos, militares que participaram activamente nos acontecimentos de «25 de Abril» e que pertenceram ao Conselho da Revolução, foram licenciados da Força Aérea Portuguesa por despacho (de 16 de Julho último) do subchefe do Estado-Maior da F.A.P., general Ferreira de Almeida.

Considerados desertores das Forças Armadas depois de 25 de Novembro de 1975 — Pereira Pinto exercia então funções no Serviço Director e Coordenador da Informação (S.D.C.I.), enquanto Costa Martins em breve foi dado como «em parte incerto» —, ambos passam à situação (de licenciamento) de «oficiais milicianos na disponibilidade», sem direito a qualquer tipo de pensão, ou

seja, uma posição entre a disponibilidade e o escalão das tropas territoriais. Serviu de base ao referido despacho o decreto-lei 179/78 do Conselho da Revolução, que se reporta à situação de militares não pertencentes ao quadro permanente e acusados ou suspeitos de crimes de natureza militar ou civil.

Recorde-se que o major Costa Martins, que foi ministro do Trabalho dos quatro governos provisórios chefiados por Vasco Gonçalves, veio a fixar-se em Angola, de onde chegaram referências em Janeiro de 1976, o que levou à sua expulsão das Forças Armadas. Acusado, mais tarde, de envolvimento na tentativa de golpe de Nito Alves, em Maio de 1977, seria preso e expulso da R.P.A., regressando a Portugal e apresentando-se às autoridades militares.

SOBRAL COSTA PASSA A REFORMA COMPULSIVA

Entretanto, o capitão Sobral Costa, «operacional» do «Abril», que ocupou militarmente as instalações do então Rádio Clube Português, sofreu também uma pesada sanção: a passagem compulsiva à situação de reforma, que deverá ser publicada muito em breve na ordem de serviço do Estado-Maior da Força Aérea.

Ouvindo pelo Conselho Superior de disciplina sobre acusações que não foram tornadas públicas, Sobral Costa, cujo nome figurou entre os subscritores do documento do COPCON, em 1975, apenas terá direito a uma parte da pensão de reforma.

Democratização das FA's Fundação Cuidar o Futuro Oficiais do "PREC" deixam o activo

Os antigos conselheiros da revolução do período ditatorial do "PREC", Costa Martins e Pereira Pinto, ambos majores da Força Aérea, que se encontravam na situação de desertores, foram licenciados daquele ramo militar por despacho do subchefe do Estado Maior da FAP, datado do passado dia 16 de Julho.

A actual situação significa que passaram à situação de oficiais milicianos na disponibilidade, aqueles militares esperam que no entanto, esta medida disciplinar seja anulada logo que o general Ramalho Eanes promulgar a lei socialista da amnistia.

Recorda-se que Costa Martins foi, além de membro do órgão de tutela do regime, membro do Conselho de Estado e ministro do Trabalho nos II, III, IV e V Governos Provisórios, durante o consulado "gonçalvista", sendo acusado de então ter eventualmente desviado verbas dos fundos do célebre "Dia de Trabalho" para a Nação.

Após os acontecimentos de "25 de Novembro" nos quais teve uma acção importante mas nunca totalmente clarificada, Costa Martins ausentou-se para Angola, onde acabaria por ser preso, acusado de cumplicidade no golpe de Nito Alves, que chefiava a facção mais radical do partido único, o MPLA. Posteriormente liberto e expulso de Angola, acabaria por regressar a Portugal.

Pereira Pinto, além de ex-membro do CR, pertenceu ainda ao Conselho de Estado. Quando eclodiu o golpe totalitário do "25 de Novembro", encontrava-se colocado

no Serviço Director e Coordenador da Informação (SDCI), tendo também abandonado Portugal e posteriormente regressado.

Entretanto, é dada como certa a passagem à reserva compulsiva do capitão da Força Aérea Sobral Costa, um dos subscritores do "Documento do COPCON", no Verão de 1975. Recorda-se que Sobral Costa chefiou a força militar que ocupou na madrugada do "25 de Abril" o Rádio Clube Português, extinto pelo "PREC" e integrado na emissora estatizada, hoje RDP.

25 AGOSTO 1979 O DIA





PARA UM PROCESSO À JUSTIÇA MILITAR

Em sentido lato considerada e abrangendo na função todo o sistema de julgamento e de aplicação de sanções a que o militar está sujeito — as do «Código», as do «Regulamento», as do arbitrio hierárquico — a «Justiça Militar» não parece sensível à necessidade de se articular com a democratização operada na vida portuguesa, nem adaptada aos conceitos democráticos, à dimensão dos direitos humanos, ao espírito da nova legalidade constitucional.

E a «Justiça Militar» que precisa ser julgada. Principiemos por levá-la ao tribunal da opinião pública.

Dos julgamentos escandalosos dos «pides» ao arrastado processo dos assassinos do general Humberto Delgado, do «caso Afonso de Sousa» ao «caso Andrade da Silva», a «Justiça Militar» vem dando má conta de si, vem criando uma má imagem. E a gravidade do seu desprestígio avoluma-se pelo facto de, em democracia, não ser admissível uma especial justiça de «casta» ou de «subsociedade fechada». Não existem, em democracia, duas Justiças: uma para o português militar, outra para o português civil. A justiça é uma e deverá ser, na prática, una. E o próprio «Regulamento de Disciplina Militar» não poderá ignorar o cidadão — a eminente dignidade do homem-cidadão, sujeito de direitos, independentemente da ocasional circunstância de ser militar ou de ser civil. Civil e militar não são, em democracia, qualidades de distintos estratos, categorias sociais hierarquizadas, são situações do cidadão.

Seja o «caso» do capitão Andrade da Silva o exemplo que escolhemos para constituir esta primeira peça para um processo à «Justiça Militar». Sobre o clamoroso «caso», dois advogados respeitados, reputados pela idoneidade moral e pela capacidade profissional, cidadãos de perfil ético democrático, os drs. Xencora Camotim e António Goucha Soares, publicaram um volume de 300 páginas. O título, já por si, é um grito de protesto: «Não se fez Justiça».

Para fazer Justiça é que os tribunais existem. Se talham na função, o menos que se poderá dizer é que não satisfazem a missão específica para que foram criados. Se não servem a Justiça, desservem a Justiça. São extraordinariamente graves os erros da Justiça; inaceitáveis as sentenças que contrariam a prova produzida. Criminosas, moralmente, a condenação de inocentes. E o que afirmam, com as palavras ajustadas e com a sua autoridade de juristas, os drs. Xencora Camotim e Goucha Soares: «Este livro não pretende dar ou procurar uma explicação do que se passou, do procedimento do 3.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa. O seu intento é apenas dar a conhecer o facto. Muito grave, como se disse, da condenação de um réu que faz a prova, irrefutável, da sua inocência.»

O facto clamoroso é este: contra a prova jurídica da sua inocência, um cidadão português, o capitão José António Andrade da Silva, foi condenado por um Tribunal Militar. Os drs. Xencora Camotim e Goucha Soares, não pretendiam efectuar a «busca da razão que teria levado os juizes a procederem desse modo», mas não ocultam, no livro que

publicaram, todas as circunstâncias obscuras, todas as irregularidades do processo.

Das 300 páginas deste vigoroso libelo acusatório da justiça praticada pelo Terceiro Tribunal Territorial de Lisboa, os autores gastam 40, para nos apresentarem o tema. Para além desse espaço introdutório, oferecem aos leitores as peças do processo na sua eloquência. Fazem-no expressamente e com a consciência de que com tal processo e tal sentença não é preciso gastar palavras.

Os drs. Xencora Camotim e Goucha Soares, na introdução do volume, escreveram: «A publicação das peças do processo do capitão João António Andrade da Silva tem por fim trazer a público a verdade sobre um caso de que todos ouviram falar, mas poucos sabem em que consistiu.»

«Trata-se da condenação de um inocente. E condenação aparentemente pré-ordenada. O cap. Andrade da Silva esteve preso durante 18 meses como autor de um crime de homicídio preterintencional, apesar de estar inocente e de ter feito prova de todos os factos que alegou em sua defesa.»

«Segundo o princípio in dubio pro reo, que todos conhecem, na dúvida deve o réu ser absolvido. Noutra formulação, costuma dizer-se que a prova de acusação tem de ser feita para além de toda a dúvida razoável. Existindo esta, o réu tem de ser absolvido. No caso do cap. Andrade da Silva, não só não foi feita a prova de acusação como a inocência do réu — actuação em legítima defesa — foi demonstrada para além de toda a dúvida razoável. E, contudo, o réu foi condenado.»

Para os defensores do capitão Andrade da Silva, das peças do processo e da respectiva organização se poderá concluir que terá existido «um plano traçado desde o início, isto é, a partir do momento em que o processo, instruído no Comando Militar Territorial Independente da Madeira, foi remetido pela segunda vez ao 3.º Tribunal Militar Territorial com ordem para o sumário de culpa». Suspeição de enorme gravidade. E levantada, letra a letra, palavra por palavra, num livro que corre e acusa: «Trata-se da condenação de um inocente.»

Os advogados vão mais longe, são mais directos na denúncia das circunstâncias anormais em que João António Andrade da Silva foi condenado, apesar de estar inocente. Transcrevemos da «Introdução»: «Com efeito, a partir do momento em que o juiz de instrução que posteriormente veio a ser juiz auditor, recebeu o processo, que lhe foi remetido do Comando Militar Territorial Independente da Madeira, tudo se passa como se existisse uma prévia determinação de condenar o réu, qualquer que fosse a forma em que viesse a decorrer o julgamento.»

Acusação gravíssima que as peças processuais publicadas perfeitamente justificam. Os drs. Xencora Camotim e Goucha Soares são, de resto, concretos e categóricos neste ponto: «O primeiro indício de que algo de anormal se estava a passar é a exposição de encerramento da instrução, em que o juiz dá dos factos uma versão totalmente em desacordo com o que consta do processo.»

Não podemos transcrever a «Introdução», nem reproduzir as «peças do processo». Os elementos referidos permitem aos leitores avaliar a injustiça, aquilatar este escândalo. Em democracia, num Tribunal Militar, assistimos à condenação de um inocente. O cidadão português João António Andrade da Silva foi gravemente ofendido na sua honra, na sua liberdade, na sua dignidade de cidadão.

E a «Justiça Militar» averbou, com a injustiça clamorosa de uma sentença contra a prova produzida, razões de suspeição e de desprestígio. O título do livro é: Não se fez Justiça. Assinam o libelo dois advogados honrados: Xencora Camotim e António Goucha Soares.



Breve reflexão sobre disciplina e sindicalismo nas Forças Armadas

Pelo Ten. Cor. Mira Vaz

Jornal novo 27.8.79

«Este monstro que o 25 de Novembro narcotizou está ainda aí, disponível para novas arremetidas.

«Por isso, Portugal não pode ser Roma sob Diocleciano. Porque os bárbaros, embora fingindo hibernar, estão de novo entre nós.»

Esta a conclusão-aberta que o tenente-coronel Mira Vaz extrai de artigo publicado no mais recente número da revista das Forças Armadas «Mais Alto». Pelo grande interesse de que se reveste, publicamos hoje o artigo, na íntegra.

1. Introdução

Longe da originalidade tumultuária dum MFA autovocacionado para as tarefas do «Movimento de Libertação do Povo Português»; silenciadas (ainda que insepultas) as pitonisas que prometiam nos papíros revolucionários umas «Forças Armadas — fermento do socialismo»; agora que as Forças Armadas recuperaram já grande parte do seu equilíbrio institucional e que o País parece disposto a jogar a fundo na integração europeia, importa meditar sem preconceitos sobre certos aspectos da interpenetração dos mundos civil e militar. Os fantasmas da disciplina consentida e da disciplina coerciva estão ainda demasiado presentes para nos esquecermos deles. E o sindicalismo militar é outro fenómeno jazente mas claramente não abandonado pelas forças interessadas em que as Forças Armadas funcionem não como as Forças Armadas da Nação, mas como as «suas» Forças Armadas.

Estes conceitos serão compatíveis entre si e com o regime democrático? Ou trata-se, ainda uma vez, de tentar conciliar o inconciliável?

O homem, agente submisso para uns, insubmisso para outros, dos desígnios da História, está mais uma vez no epicentro da área conflitual.

Porque de conflito se trata, como veremos. Entre, por um lado, aqueles que sabem até onde pode evoluir a prática da disciplina sem beliscar a pronúncia incondicional da força armada, e por outro os que, sabendo-o bem de mais, por isso mesmo procuram destruí-la a todo o custo, servindo os desígnios de uma área geoestratégica onde o próprio conceito de liberdade sindical é considerado agressão ideológica ou prevenção imperialista, e onde discutir o conceito estatal de disciplina é crime de lesa-pátria; ou, por outras palavras, entre os democratas e aqueles que já esqueceram a trajectória fulgurante dos soviets de soldados e marinheiros: desde as noites gloriosas do assalto ao Palácio de Inverno até à exterminação pura e sim-

ples, quando o estado totalitário cresceu o suficiente para eliminar os seus próprios criadores.

2. A Disciplina Militar — um conceito flutuante?

a. O passado recente

Atónitas perante o desenrolar de um processo a que foram, enquanto instituição, completamente alheias — o denominado PREC —, mal lambidas as feridas resultantes do desenlace africano, as Forças Armadas deixaram-se submergir pela grande vaga de fundo que varreu Portugal de lés a lés. Nada parecia capaz de ör um freio ao desfibrar do tecido social da Nação. Bem pelo contrário, era no vozear, no estrépito das armas, na pendura dum pendão revingentivo ou simplesmente de pé no passeio a ver a onda passar, que o povo português imaginava reencontrar-se.

Para aqueles, de entre os quadros, que sempre souberam ser mais fácil comandar em tempo de guerra do que em tempo de paz, a situação caótica vivida nos quartéis até Novembro de 1975 não revestiu aspectos inesperados, com ressalva para a sanha destruidora com que se procurou (e nalguns casos conseguiu) desarticular as unidades-chave das Forças Armadas. A luta de classes transportada para o interior dos quartéis — barafunda incrível com afloramentos autogestionários — e aí sustentada e aplaudida pelos militares ditos progressistas em nome do socialismo revolucionário, destruiu por completo a disciplina e o espírito de corpo, mesmo nas unidades que mais orgulhosamente as reivindicavam.

Que pretendia efectivamente essa gente? Recuperar, a sessenta anos de distância, o espírito de Petersburgo? Ou, despeitados por terem vivido na sombra dos operacionais em África, procuravam apenas tirar desforço?

Como quer que seja, foi preciso esperar por Novembro de 1975 para que a esperança renascesse.

Que havia, então, para fazer? Tudo! E os verdadeiros problemas da instituição militar começaram finalmente a ser equacionados e resolvidos, movimentando energias no seio de um povo exausto, lançando dolorosamente os caboucos da reconstrução por sobre a memória ao vivo dos despojos.

Entretanto, e desde logo, uma urgência: tomar as Forças Armadas num aparelho minimamente capaz de responder a uma solicitação dos órgãos de soberania em caso de conflito de âmbito limitado. Não se pensa ainda, sequer, que o fim último dos exércitos é combater e que, deste ponto de vista, ainda que isso seja chocante, a instituição militar deve estar em permanência apta a administrar a violência por forma organizada. Deseja-se, tão-só, restaurar a ordem, varrer as paradas de lixo acumulado, lubrificar as viaturas, fechar definitivamente as torneiras do delírio. Isto feito, como em qualquer estrutura organizada, importa restaurar a disciplina, restituir a dignidade ao exército-instituição. E aqui regressamos à questão central: porque é a disciplina que assenta o funcionamento integral da organização militar.

Como vai o quadro repensar a disciplina?

Basicamente ele dispõe de duas referências padrão.

A primeira, dita «consentida», que levou aos quartéis o caos e sapou a operacionalidade da força armada.

A segunda, crismada de «coerciva», que foi a vivida durante a sua dura experiência africana.

Qual era, efectivamente, a herança dos teatros de operações africanos?

A submissão acéfala ao poder discricionário (e mais do que isso, claramente repressivo) do chefe? Era essa a espécie de disciplina que as Forças Armadas portuguesas praticavam nos anos que precederam Abril? Ou, pelo contrário, as relações hierárquicas e humanas processavam-se no seio da instituição militar em harmonia com as melhores regras da disciplina?

O perfil do chefe mergulhava as suas raízes na ética ou conformava-se ao vulto maciço do gladiador?

Digamos que havia de tudo. Que com as companhias disciplinadas coexistiam bandos armados cujos comandantes se eximiam ao cumprimento do dever. Que havia capitães preocupados

em explicar aos homens o mínimo detalhe das operações, outros que consideravam tal atitude um atentado sem nome à disciplina, e outros ainda que nem falavam com a tropa nem saíam dos quartéis, limitando-se a rabiscar relatórios falsos para o escalão superior.

Poucos meses antes do 25 de Abril e sem qualquer nexa com ele, tudo se precipitou. Foi por um lado a situação galopantemente degradada, no aspecto puramente militar, na Guiné. Foi a exaustão física e psíquica dos quadros permanentes. Foi a grudeção em massa de alferes milicianos para o Comando de Companhias Operacionais. Foi a politização crescente dos universitários. Foram as afrontas praticadas pelos ultramarinos brancos um pouco por todo o lado contra a tropa, especialmente na cidade da Beira. Foi, sobretudo, a convicção de que não era pelas armas que o problema teria solução.

Neste cenário, Abril foi, para muitos, apenas um alibi. Efectivamente, onde nunca houvera senão um simulacro de disciplina, a situação degradou-se num ápice até à vergonha.

Em contrapartida, naqueles corpos militares onde chefes e subordinados repartiam equitativamente o orgulho e o medo, as rações e as lágrimas, a camaradagem e o sofrimento, nunca a vontade feneceu.

Ao serviço da Pátria, só abandonariam com ordem expressa, ou banhados no próprio sangue. Mas a grande massa das tropas não compreendeu Abril. E foi a dissolução repentina, traumática, explosiva, do castro.

No centro do turbilhão, o homem, o quadro permanente. Que interroga: afinal, que é a disciplina?

b. O presente

O actual Regulamento de Disciplina Militar é bem claro (art.º 1.º):

«A disciplina militar consiste na exacta observância das leis e regulamentos militares e das determinações que de umas e outros derivam; resulta, essencialmente, de um estado de espírito, baseado no civismo e patriotismo, que conduz voluntariamente ao cumprimento individual ou em grupo da missão que cabe às forças armadas.»

Como poderia ser de outro modo? Quem conheceu as unidades de intervenção em África sa-



sanção disciplinar que impulsionava os homens nos assaltos em campo raso. Era a convicção profunda ao serviço do cumprimento do dever. Era sobretudo o enlace de muitas vontades individuais amalgamadas pela capacidade de Comando do Chefe. Um Chefe que vivia o problema dos seus homens, que sofria com eles. Que sancionava as faltas, os admoestava ou recompensava, mas sobretudo que os amava. Porque é na morte que melhor se aprende a amar.

Esta amizade viril, este vínculo inderestrutível, esta solidariedade de todas as horas, esta quase castre desenvolve-se no seu húmus próprio: a disciplina.

Mas isto num cenário de pequena guerra, de comando à voz, num corpo a corpo onde frequentemente se ouvia os gemidos dos feridos inimigos. Com este Chefe e neste cenário, estamos como Napoleão em ERCOLE ou BORDINE; ele vê cair Ney e lança pessoalmente na fogueira o glorioso Murat.

Contudo a realidade actual é bem diferente: a ameaça nuclear e a capacidade de destruição da moderna tecnologia obrigam a alargar as frentes de combate, a alongar os eixos de reabastecimento, a repartir até um limite quase incrível as responsabilidades. Numa palavra: a pulverizar a capacidade de decisão. Porque um só ICBM tem um poder de destruição superior a todo um exército de Napoleão e é operado apenas por uma pequena equipa. Nunca mais o chefe verá o sangue dos seus homens, nem poderá ler-lhes no olhar a revolta e o medo. Entregue a si próprio, cada combatente é uma peça decisiva do colectivo militar.

Chegada a hora, ele vai porventura interrogar-se: e agora?

Melhor do que ninguém responde o RDM (art.º 2.º):

«A disciplina deve encaminhar todas as vontades para o fim comum e fazê-las obedecer ao menor impulso do comando; coordenando os esforços de cada um, assegura às forças armadas a sua principal força e a sua melhor garantia do bom êxito.»

Sem esquecer (art.º 2.º, n.º 4):

«A obediência às ordens conformes com as leis e regulamentos é pronta e completa.»

Uma fórmula mágica que acaba com as prepotências, com a estupidez, com as vinganças mesquinhas? Decerto que não. Ao homem o que é do homem.

Mas é inegável que se trata de uma disposição clara, civilizada e coerente — quanto basta ao enquadramento legal das condutas de chefes e subordinados.

Voltemos, pela última vez, a uma controvérsia sabiamente alimentada: a disciplina que o novo RDM prescreve é a «consentida» ou a «coerciva»? A isso poder-se-ia responder, extrapolando um «slogan» muito caro aos

«...a disciplina, que disciplina só há uma, a regulamentar e mais nenhuma».

A verdadeira disciplina é pois uma actividade concertada, voluntarista, conciliatória e indispensável ao funcionamento das Forças Armadas. O texto do RDM afiça na sua cristalina transparência, como um abaixo assinado da coerência contra o oportunismo, da honestidade contra o conúbio, do pensamento livre e democrático contra o dogma totalitário.

c. O futuro

Que espera o País das suas Forças Armadas? Uma acção firme, decidida e incondicional ao serviço dos interesses nacionais, ou o tumulto reivindicativo, a disponibilidade condicionada, o poder das armas a pressionar o poder legítimo?

A resposta só pode ser uma. A prazo, extinto de forma natural e constitucional o Conselho da Revolução, a cidade apropriar-se-á do poder legítimo sobre a totalidade das estruturas e mecanismos pagos pelo povo para servir o povo. Então, sem subterfúgios, haverá o poder civil de dotar as suas Forças Armadas do enquadramento jurídico indispensável ao seu pleno funcionamento. Sobretudo, definir-se-á uma vontade política clara para a actuação das Forças Armadas, tanto em regime autónomo como integradas em organismos internacionais.

Nestas Forças Armadas inteiramente resubordinadas a legalidade democrática, pode a prática da disciplina militar evoluir por forma a que seja, em cada momento, adequada ao contexto sociopolítico nacional?

Digamos, sem hesitação, que sim. Sem esquecer que quando for solicitada, a força armada tem apenas que responder «presente». Na hora da acção não pode haver dúvidas nem hesitações. O poder civil acciona, o Chefe militar formula o plano e dá a directiva, o combatente executa. Apenas uma tropa disciplinada está em condições de cumprir integralmente qualquer tipo de missão. Já vimos atrás uma característica essencial da confrontação armada no futuro: a responsabilidade de decidir será inevitavelmente cometida ao Comandante de uma simples esquadra e em certos casos mesmo ao combatente isolado. A omnipresença do chefe junto dos seus homens no campo de batalha é impensável no conflito armado deste último quartel do século XX.

Cada combatente deve assim estar apetrechado tecnicamente, mentalizado, cónscio dos objectivos a atingir, fisicamente apto, e sobretudo deve possuir um elevado sentido do dever e de disciplina. À medida que a situação no campo de batalha se torna mais fluida, mais activa deve ser

sentido o dever.

Os quadros, agentes essenciais da criação da capacidade de combate, devem estar conscientes das mudanças introduzidas na sociedade civil e enfrentá-las sem receio, procurando sem desfalecimentos o aperfeiçoamento técnico e físico, impondo-se a si próprios um comportamento irrepreensível do ponto de vista ético.

Quando o novo recruta perguntar o que está a fazer na tropa, não mais o graduado poderá responder com uma invectiva ou virando-lhe as costas. O contacto pessoal é determinante. Dentro ou fora do serviço. Com uma certeza; a sã camaradagem não significa familiaridade, nem arriata a degradação do nível disciplinar. Bem pelo contrário; esta convivência destina-se a torná-la mais sólida e consciente, de forma a que no momento do baptismo de fogo a sociedade civil tenha orgulho nos seus soldados.

d. Os equívocos na génese do conflito

Delineados os contornos da disciplina nas Forças Armadas de um país democrático, revertemos à introdução. Ai se falou de conflito, no sentido de afrontamento de vontades que desdenha o recurso ao diálogo inteligente e esclarecedor.

Porque até agora, e este é o primeiro equívoco, tem-se pretendido fazer crer ao povo que é acção e não vontade a cristalizar as fórmulas regulamentares. Contra o rigor, a coerência e a confrontação constitucional do RDM, tem o «progressismo» sustentado a suspeição do incumprimento das regras, do desdém dos chefes pelo respeito devido aos subordinados, procurando (como Goebells, e à força de repetir «slogans»), convencer o povo de que a instituição militar é incapaz de respeitar seja o que for, inclusive as regras por si mesma elaboradas. Se se tratasse de uma oposição intelectualmente honesta, haveriam de esgrimir alternativas, propostas de alteração, aditamentos, inovações, e visto que se anunciam empenhados em projectos políticos, natu-

ral seria que agregassem ao seu todo ideológico os conceitos de disciplina que o socialismo revolucionário avoca nos países onde vigora. Sabendo bem de mais, porém, que aí se pratica um tipo de disciplina inflexível, alienante e em rotura com os interesses do povo, não ousam. No fundo limitam-se a roer, como rafeiros, os ossos que a sociedade de consumo, na sua opulência, lança no monturo.

Segundo equívoco: pretender-se que, à semelhança do regulamento organizacional das empresas civis, a instituição militar deveria incorporar como factores de decisão o preceito consensual

ca livre discutido.

Sejamos sérios: o chefe moderno deve informar e esclarecer os seus homens, em permanência, sobre a missão que lhes incumbe; pode, e deve, ganhar-lhes a confiança através de uma conduta a todos os títulos irrepreensível; deve ser justo, despreconceituoso e íntegro.

Mas não pode delegar responsabilidade. A decisão, ponderada todos os factores, é exclusivamente sua. Desde o general até ao simples cabo comandante de uma esquadra de artilheiros.

Como bem se sabe, o recurso à força armada representa em si mesmo uma emergência. Nesse contexto, acaso sobra espaço para o plenário, a discussão inevitavelmente emocional, o desbocamento panfletário? É para isso que a Nação paga os seus soldados? Definitivamente, não. O que o povo exige é a acção resoluta e determinada, não sendo lícito malbaratar um segundo sequer. Porque é em paz, e na paz, que se fazem os estudos de situação, se propõem as alternativas, se assumem finalmente as decisões.

A ordem de marchar, um exército disciplinado e consciente movimentar-se como um bloco, dirigido por chefes enérgicos e competentes que há muito estudaram aquela hipótese e para ela encontraram as soluções convenientes.

Que se pretende então com esse agitar de estandartes a favor da «disciplina consentida» e da «decisão participada» e contra a configuração hierárquica das Forças Armadas? Torná-las mais disciplinadas, mais coesas, mais aptas a cumprir as suas missões? Assim se proclama.

Mas esse é realmente o último e o mais perigoso de todos os equívocos, verdadeira metástase voraz e destruidora. Porque o projecto subjacente a esta agitação torrencial é a destruição das instituições encarregadas da defesa das sociedades livres para impunemente as assaltar. Impudor supremo, os agentes inconfessados dos desígnios totalitários que cumprem directivas vindas de paragens onde se não respeitam as liberdades fundamentais, invocam aqui a Declaração Universal dos Direitos do Homem; adeptos do mais feroz concentracionismo, advogam aqui a descentralização; carcereiros cruéis dos espíritos livres nas suas prisões, conduzem aqui campanhas contra os presos políticos; submetidos, quando no cumprimento do serviço militar obrigatório, cujo modelo reivindicam, à disciplina inflexível dos comandantes e dos comissários políticos, vestem aqui as carapuças do Klu-Klux-Klan para incendiar a rua clamando pela democracia.

Este monstro que o 25 de Novembro narcotizou está ainda aí, disponível para novas arremetidas.



Por isso Portugal não pode ser Roma sob Diocleciano. Porque os bárbaros, embora fingindo habitar, estão de novo entre nós.

Portugal

Le Parlement a approuvé le programme de gouvernement de Mme Pintassilgo

De notre correspondant

Lisbonne. — Le Parlement portugais a approuvé le samedi 18 août le programme du gouvernement de Mme Pintassilgo. La motion de rejet présentée par le parti social-démocrate et par le centre démocratique et social n'a obtenu que 79 voix. Socialistes et communistes se sont abstenus et, du même coup, évité de s'associer aux mesures impopulaires que le nouveau gouvernement sera obligé de prendre. Seuls les dissidents du parti social-démocrate de l'A.S.D.I. et les dissidents du P.S., amis de l'ancien ministre de l'agriculture M. Lopes Cardoso, ont voté contre la motion.

Les débats se sont déroulés dans un climat d'agressivité extrême. Centristes et sociaux-démocrates ont multiplié les attaques contre le premier ministre qui a répondu sur le même ton.

D'autre part, la perspective d'un changement de la politique agraire effraie les grands propriétaires de l'Alentejo. Les incidents se succèdent dans cette région où, la semaine dernière, un maître favorable aux unités collectives de production, a été battu par des agents de la garde nationale républicaine.

Mme Pintassilgo estime que son gouvernement doit prendre une série de mesures constitutionnellement de la compétence du Parlement. Aussi a-t-elle demandé à l'Assemblée l'autorisation nécessaire pour signer un nouvel accord avec le F.M.I., lancer des emprunts à l'étranger, et un emprunt national destiné à couvrir une partie du déficit budgétaire. Dans ces conditions, les élections législatives n'auraient pas lieu avant la fin de cette année. — J. R.

LISBONNE

Maintien du gouvernement

Le Parlement portugais a finalement approuvé le gouvernement de Mme Maria de Lourdes Pintassilgo.

La motion de rejet du programme du gouvernement présentée par le centre démocratique et social (40 députés) et le parti social-démocrate (42 députés) n'a recueilli que 79 voix, soit 53 de moins que la majorité requise.

Le Monde
18/8/79

Portugal

UNE MOTION DE REJET DU PROGRAMME DE GOUVERNEMENT de Mme Maria de Lourdes Pintassilgo a été déposée le jeudi 16 août par le parti social démocrate (P.S.D.) et le Centre démocratique et social (C.D.S.). L'approbation d'une telle motion semble exclue : le P.S.D. et le C.D.S. sont, en effet, minoritaires au Parlement, où le P.C. et les dissidents du P.S.D. (association social démocrates indépendants) ont décidé de ne pas s'opposer à Mme Pintassilgo. — (Corres.)

Financière Fundação Cuidar o Futuro

Portugal Parliament extends session

BY JIMMY BURNS IN LISBON

THE PORTUGUESE General Election could be delayed because of an unexpected decision to extend the life of the present session of parliament.

The 263-seat Assembly of the Republic should have been dissolved immediately after the approval at the weekend of the Government programme. But Dr Maria de Lourdes Pintassilgo, the caretaker Premier, has asked for special powers allowing her to make amendments to the 1979 budget and

to conclude a number of outstanding loan agreements.

Under the terms of Portugal's constitution, the Government's powers to legislate on certain matters of economic policy are restricted without the specific approval of Parliament.

The as yet unspecified budget amendments are expected to cover increases in expenditure. This will make up for a delay in the adoption of certain taxes and compensate for

the increased inflation rate of the past three months.

The Government is also asking for powers to fulfill its domestic borrowing requirements to cover about 74 per cent of the budget deficit originally estimated at Es 101bn (\$2bn).

The external loans which are awaiting legislation include a Es 40m loan from the World Bank and bilateral agreements with West Germany and Holland for the financing of specific projects.



Le Figaro
20/8/79

Libération
20/8/79

Portugal

Portugal : Mme Pintasilgo a gagné devant le Parlement



Le premier ministre portugais, Maria de Lourdes Pintasilgo (*ici-contre*), a obtenu samedi la confiance du Parlement. Comme on pouvait s'y attendre, en effet, la motion de rejet de son programme, présentée par les deux partis de droite de l'Assemblée - parti social-démocrate et centre démocrate et social - n'a obtenu que 79 voix, alors qu'il lui en aurait fallu 132 pour passer.

[Mme Pintasilgo a usé de toute son habileté pour obtenir l'abstention du plus important des partis portugais, le parti socialiste,

et du plus virulent, le parti communiste. Cette femme, qui n'avait pratiquement aucune expérience de gouvernement avant d'être désignée, le mois dernier par le président Eanes, a révélé, en quelques semaines, une grande intelligence politique et il semble d'ores et déjà acquis qu'elle demeurera au pouvoir plus longtemps que les 100 jours prévus par la Constitution : elle vient en effet de demander au Parlement, qui devrait en principe être dissous dès l'approbation du programme gouvernemental, de se réunir en session extraordinaire afin d'adopter quelques modifications budgétaires urgentes.]

Maria de Lourdes, nouveau (1) premier ministre portugais a remporté une victoire devant l'assemblée parlementaire : son programme de gouvernement a été approuvé. Elle a réussi à obtenir l'abstention du plus important des partis portugais (PS) et du plus virulent (PC) tout en se montrant intransigeante. Elle s'est bien débrouillée, pour quelqu'un qui n'a jamais été député et qui n'a donc pas l'habitude des pratiques parlementaires.

El País 19/8/79

Fundação Cuidar o Futuro

Aprobado el programa del nuevo Gobierno portugués

NICOLE GUARDIOLA, Lisboa
El Parlamento portugués aprobó ayer el programa del Gobierno presidido por Maria Lourdes Pintasilgo.

La moción de rechazo presentada conjuntamente por los socialdemócratas y los democristianos obtuvo 79 votos. Formalmente aprobada, contra los 33 votos de los socialdemócratas independientes y de varios ex socialistas, no obtuvo la necesaria mayoría absoluta. Como estaba previsto, socialistas y comunistas optaron por la abstención. Mario Soares tuvo cuidado en precisar que la actitud de su partido correspondía a un desacuerdo de principio con la disolución del Parlamento y la formación de un Gobierno extrapartidista y no significaba una falta de confianza en la primera ministra o en su Gabinete. El Partido Comunista manifestó reservas acerca de varios aspectos del programa de composición del Gobierno.

El tema, no obstante, del día ha sido la confirmación por el nuevo Gobierno de su intención de solicitar al Parlamento la autorización

de legislar en materia financiera, que es de competencia exclusiva de la Cámara. La herencia dejada por el Gobierno Mota Pinto ha sido fuertemente criticada por el nuevo ministro de Finanzas, que exige, entre otras cosas, la revisión urgente del presupuesto del Estado. El Partido Socialista anunció ya que votaría a favor de la autorización solicitada y todo indica que así lo harán también los socialdemócratas independientes, es decir, la mayoría. El problema no queda, sin embargo, resuelto, ya que las autorizaciones de legislar caducan con la disolución de la asamblea que las votó. El Parlamento portugués tendrá así que permanecer en funciones hasta concluir la discusión de una decena de decretos-leyes preparados por el Gobierno.

Un ministro aseguraba ayer a EL PAIS que todo podría quedar resuelto dentro de la próxima semana y que los partidos que exigieron las elecciones inmediatas tienen ahora la oportunidad de contribuir para la rápida disolución de la actual asamblea.



Costa Martins y Pereira Pinto

Dos comandantes del "25 de abril", expulsados del Ejército portugués

EFE, Lisboa

Los antiguos consejeros de la Revolución, el comandante ingeniero Pereira Pinto y el comandante aviador Costa Martins, fueron expulsados de la fuerza aérea portuguesa por la jerarquía de la aviación.

En un despacho con fecha del 16 de julio pasado, que fue revelado ayer, viernes, por el semanario de izquierda *O Jornal*, dichos oficiales fueron pasados a la situación de «oficiales milicianos en situación de disponibilidad», que equivale a la de cualquier civil que haya cumplido el tiempo de servicio militar obligatorio, sin derecho a pensión.

Los comandantes Pereira Pinto y Costa Martins integraron el Consejo de la Revolución durante la fase izquierdista de la *revolução de los claveles*, siendo considerados de la facción más radical que se opone a los moderados del *grupo de los nueve*, encabezado por el entonces comandante Melo Antunes.

Pereira Pinto fue uno de los responsables del Servicio Director y Coordinador de Información Militar (SCDI), clasificado como uno de los exponentes de la llamada «escalada totalitaria izquierdista», neutralizada el 25 de noviembre de 1975 por la facción moderada prooccidental de las fuerzas armadas lusas.

Por su parte, Costa Martins fue titular de la cartera de Trabajo en el quinto Gobierno provisional del general Vasco Gonçalves, más tarde fue acusado de haber utilizado en provecho suyo las recaudaciones de la campaña de «un día de salario para la nación», lanzada durante su ministerio.

Tras los acontecimientos del 25 de noviembre, Costa Martins huyó a Angola, donde fue preso en enero de 1977, acusado de apoyar el complot dirigido por Nito Alves contra el presidente Agostinho Neto.

Expulsado de la antigua colonia lusa, el ex ministro de Trabajo regresó a Portugal, presentándose a las autoridades militares.

Según *O Jornal*, las decisiones del Estado Mayor de la fuerza aérea han causado «alguna sorpresa» en los medios castrenses, que aguardan en todo momento la promulgación de la ley de amnistía político-militar por parte del presidente Ramalho Eanes, como consecuencia de su ratificación en el Parlamento.

**Portugal :
officiers écartés de l'armée**

Deux officiers portugais, anciens membres du Conseil de la Révolution, viennent d'être écartés des forces armées par le chef d'état-major de la force aérienne. Le commandant Costa Martins, qui avait été ministre du Travail dans l'un des gouvernements provisoires qui ont suivi la chute de M. Caetano, et le commandant Pereira Pinto, ont été versés dans la réserve sans avoir droit à la retraite.

[Ces mesures suivent celles qui ont été prises à l'encontre du «cerveau» de la révolution des œillets, le major Otelo de Carvalho. Il est intéressant de remarquer que c'est le chef d'état-major de l'armée de l'air, qui s'est illustré récemment par des prises de position très fermes contre la loi d'amnistie pour les crimes politiques et militaires, qui vient de décider ces exclusions. Cette loi, qui a été approuvée par le parlement au début de l'été, doit être prochainement promulguée par le président Eanes. Les autorités militaires semblent avoir voulu le prendre de vitesse.]

Le Monde 27/8/79

Portugal

DEUX ANCIENS MEMBRES du Conseil de la révolution ont été écartés des forces armées par le chef de l'état-major de la force aérienne, a-t-on appris, le vendredi 24 août, à Lisbonne. Le commandant Costa Martins, ex-ministre du travail, et le commandant Pereira Pinto ont été versés d'office dans le cadre de réserve sans avoir droit à la retraite. Ces mesures suivent celles prises à l'encontre du commandant Otelo de Carvalho. — (A.F.P.)

Fundação Cuidar o Futuro



22 agosto 1979

Ucciso in Portogallo industriale implicato col terrorismo di destra

LISBONA — Un industriale portoghese, Joaquim Ferreira Torres, è stato assassinato ieri mattina a colpi di mitra.

Ferreira Torres fu uno dei principali imputati al processo contro il gruppo terroristico che nel 1975 effettuò numerosi attentati dinamitardi nel nord del Paese e a Lisbona, provocando quattro morti, vari feriti e ingenti danni. Gli obiettivi erano militanti e sedi di sinistra: l'attentato più clamoroso fu quello contro l'ambasciata di Cuba a Lisbona.

LE MONDE — 23 août 1979

Portugal

UN INDUSTRIEL EST TUÉ DANS UNE EMBUSCADE

Porto (A.F.P.). — Un riche industriel de Penafiel (nord du Portugal), M. Joaquim Ferreira Torres, a été tué, mardi matin 21 août, de deux rafales de mitraillette tirées sur sa voiture, a annoncé la police (nos dernières éditions du 22 août).

Selon la police de Porto, M. Torres pourrait avoir été victime de trafiquants de devises et de diamants. Sa fortune pourrait en effet provenir du commerce des diamants avec l'extrême-orient (aujourd'hui le Congo et le Zaïre). M. Torres avait été l'ami intime de l'ancien leader katangais, Moïse Tschombe, dont il fut le représentant au Portugal. La police oriente aussi ses recherches auprès d'un groupe terroriste d'extrême droite, Rede Bombista, dont M. Torres était le financier. Le nom de l'industriel avait été souvent cité au cours du procès, en juillet 1978, des poseurs de bombes appartenant à cette organisation. Le jugement a été cassé et un nouveau procès doit avoir lieu.

LE FIGARO
22 AOUT 1979

EL PAIS, martes 21 de agosto de 1979

Aumenta la distancia entre Eanes y la derecha portuguesa

N.G., Lisboa

Si los militares portugueses hubiesen querido tomar el poder, podrían haberlo hecho con facilidad el 26 de noviembre de 1975. Esta declaración de Ramalho Eanes a los periodistas que le acompañaron en su visita a la I Feria Nacional e Industrial de la Región de Sueró, en el noreste de Portugal, es interpretada como la expresión de la creciente irritación del general-presidente frente a la campaña de hostilidad de los partidos de Alianza Democrática. El pasado sábado, Sa Carneiro, en su intervención final en el debate sobre el programa del Gobierno, había renovado sus acusaciones contra el jefe del Estado. Para el dirigente socialdemócrata, el presidente encabeza un proceso «antidemocrático y totalitario», que encuentra hoy su expresión en la trilogía «Eanes-Lourdes Pintasilgo-Partido Comunista», como la tuvo en 1975 en la acción conjunta de Costa Gomes, Vasco Gonçalves y del PC.

Portugal : règlement de comptes terroriste

Un industriel portugais, Joaquim Ferreira Torres, a été tué hier matin de deux rafales de mitraillette tirées sur sa voiture prise dans une embuscade près de Penafiel (nord du Portugal). Aucune organisation n'a revendiqué l'attentat.

[M. Ferreira Torres était soupçonné d'être l'instigateur et le principal financier du groupe terroriste de droite - Rede Bombista -, accusé d'avoir effectué soixante-dix attentats en 1975-1978 contre « les sièges, les biens et des militants » de partis ou mouvements de gauche.]



Asésinado un industrial ultraderechista portugués

N.G., Lisboa
Un atentado costó la vida ayer por la mañana al industrial ultraderechista Joaquín Ferreira Torres, implicado en atentados terroristas entre los años 1975 y 1977, como el de la embajada de Cuba, con dos muertos, y que ha puesto de nuevo sobre el tapete el tema de las conexiones fascistas.

Joaquín Torres, 52 años, ha sido abatido, cerca de las 8 de la mañana, por dos ráfagas de ametralladora disparadas contra el automóvil que conducía y que hacía, como todos los días desde el pasado 15 de agosto, el

trayecto entre su casa de verano y su propiedad de Famalicão.

Joaquín Torres, «el comendador de Marcas», bien conocido en los medios de extrema derecha del norte de Portugal, pero también en Vigo, había sido detenido en 1977 como presunto miembro de la llamada «red terrorista de extrema derecha», responsable por varias decenas de atentados con explosivos, que, en 1975-1977, ocasionaron la muerte a tres personas, entre las cuales, dos funcionarios de la embajada de Cuba en Lisboa.

Financial Times Wednesday August 22 1979

le Matin

22 août 1979

PORTUGAL

Un riche industriel abattu

Un riche industriel de Penafiel (nord du Portugal), Joaquim Ferreira Torres, a été abattu hier matin de deux rafales de mitraillette, alors qu'il se rendait en voiture vers sa propriété agricole. Cet attentat n'avait pas été revendiqué hier soir. Selon certaines sources, Ferreira Torres était soupçonné d'être l'instigateur et le principal financier d'un groupe terroriste de droite. Ce groupe, « Rede Bombista » (« réseau bombiste »), est accusé d'avoir effectué soixante-deux attentats en 1975-1976 contre les sièges des partis de gauche.

Portuguese businessman murdered

By Jimmy Burns in Lisbon

Sr Joaquim Ferreira Torres, the Portuguese industrialist accused of organising a series of bomb attacks against left-wing targets in 1975, has been shot dead in an ambush in northern Portugal.

Police said yesterday that Sr Torres, who owned a textile company, was killed in a machine-gun attack while driving alone near Oporto.

Although no individual or terrorist organisation has yet claimed responsibility, Sr Torres' death has already generated considerable unease. Yesterday's attack, the first on a public figure in Portugal since the revolution five years ago, has come only weeks away from the general election. The killing may turn out to be an isolated incident but there are fears that it may be part of an extremist destabilisation campaign.

Sr Torres was one of the main accused among 18 members of an extreme right-wing organisation, called the Democratic Movement for the Liberation of Portugal, which carried out bomb attacks on Socialist and Communist centres in northern Portugal and on Cuban and Angolan representative offices in Lisbon.

Sr Torres was acquitted but this was declared null and void in April. He was due to face a new trial.

HERALD TRIBUNE

AUGUST 22, 1979

Industrialist Slain in Portugal

PENAFIEL, Portugal, Aug. 21 (AP) — A Portuguese industrialist charged with taking part in a series of rightist bomb attacks three years ago was machine-gunned to death early today near this northern city.

Joaquim Ferreira Torres, 55, reportedly was ambushed after leaving his summer home for his textile factory in Famalicão. Police there said the victim's sports car was sprayed with bullet holes.

They said the car appeared to have been hit by machine-gun fire from the front, before going off the road and striking a fence, and then from behind.



Fundação Cuidar o Futuro